



Grandes Opções do Plano para o quadriénio 2013–2016 e Orçamento Municipal para 2013

Dezembro 2012

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PROPOSTA N.º 154/GP/2012

GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O QUADRIÉNIO 2013-2016 E ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2013

Em ordem ao preceituado, designadamente, na alínea a), do n.º 2, do artigo 3.º e no artigo 4.º, da lei das finanças locais (LFL), aprovada pela Lei n.º 02/2007, de 15 de Janeiro, atentos os critérios e os parâmetros financeiros e contabilísticos definidos pelo plano oficial de contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e nos termos conjugados do preceituado na alínea c), do n.º 2, do artigo 64.º, e na alínea b), do n.º 2, do artigo 53.º, ambos, artigos, do regime jurídico das competências e funcionamento dos órgãos dos Municípios e das Freguesias (LAL), aprovado pela Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, apresenta-se e submete-se à apreciação e deliberação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal as Grandes Opções do Plano para o quadriénio 2013-2016 - integrando estas o Plano Plurianual de Investimentos e o Plano das Atividades Mais Relevantes - e a Proposta de Orçamento do Município de Reguengos de Monsaraz para o exercício económico-financeiro de 2013, e demais documentação anexa.

Reguengos de Monsaraz, 6 de Dezembro de 2012.

José Gabriel Paixão Calixto

Presidente da Câmara Municipal

**Orçamento 2013
e Grandes Opções do Plano 2013-2016**



“É essencial caminhar para orçamentos de base zero, ganhar escala de atuação na gestão corrente e nos investimentos, mudar o modelo de governação autárquica, promovendo mais transparência, simplificar as estruturas organizacionais, promover a coesão territorial, reduzir a despesa pública e melhorar a vida dos cidadãos.”

3

In Documento Verde da Reforma da Administração Local

Sumário Executivo

4

O presente Relatório descreve as opções de gestão subjacentes à Proposta de Grandes Opções do Plano 2013-2016 (GOP) e Orçamento para 2013 (ORÇ13) do Município de Reguengos de Monsaraz.

A atual conjuntura política e económica, assim como, a Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2013, são sem dúvida factores que, este ano ainda mais do que em anos anteriores, balizam e restringem a execução de inúmeros projetos de desenvolvimento que oportunamente foram apresentados no programa que defendemos para este mandato.

A apresentação da Proposta de Grandes Opções do Plano 2013-2016 e Orçamento para 2013, obedece à estrutura de cinco eixos fundamentais que por sua vez incluem os catorze programas explicitados mais à frente e aprovados nos documentos previsionais do primeiro exercício económico do atual mandato.

A elaboração da Proposta de GOP e ORÇ13 contou, mais uma vez, com a participação de todos os responsáveis dos serviços do município, na medida em que contribuíram com a entrega da ficha de inscrição dos seus projetos, os quais foram identificados pelas despesas de funcionamento dos respectivos serviços, pelas despesas de funcionamento dos equipamentos municipais e, por fim, pela identificação específica de projetos que devido à sua natureza e financiamento, têm que ser individualizados.

Todos os projetos foram inscritos no mapa das grandes opções do plano, onde se encontra espelhada toda a despesa prevista para 2013, contudo tiveram que ser definidas prioridades e ajustados os valores a considerar, atento um quadro de grande rigor e exigência orçamental.

Assim, à semelhança dos orçamentos anteriores, a atual proposta assenta claramente na contenção da despesa, prevendo-se uma diminuição das despesas correntes, que só não é visível, quando comparada, devido à contabilização das despesas com os investimentos por administração direta na contabilidade de custos e paralelamente nos agrupamentos económicos da despesa 01 e 02, cumprindo-se assim a implementação do POCAL, nas três ópticas - orçamental, patrimonial e de custos -, aprovado pelo Decreto-Lei 54-A/99, de 22 de Fevereiro com as respectivas alterações.

5

Atendendo a que se trata de um esforço de ajustamento orçamental exigente, as medidas a adoptar apostam igualmente na revisão dos apoios concedidos pelo Município, tanto às Freguesias com a todas as instituições sem fins lucrativos, que promovem o desenvolvimento económico e a coesão social.

A estrutura orgânica do Município de Reguengos de Monsaraz mantém-se e acompanha o Mapa de Pessoal para 2013.

A nível técnico, foram considerados os princípios orçamentais e as regras previsionais definidos no ponto 3.1. e 3.3. do POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

Para além das condicionantes e das prioridades traçadas, é de realçar que o esforço de racionalização de recursos e de redução de despesa resulta da colaboração dos diversos serviços, que contribuíram com algumas sugestões.

Índice

6

Sumário Executivo | 4

Índice | 6

1. Enquadramento Estratégico de Referência | 8

1.1. Actual Conjuntura Política e Económica | 9

1.2. Proposta de Orçamento de Estado para 2013 | 9

2. A Gestão do Município de Reguengos de Monsaraz | 21

2.1. Os Eixos e os Programas que incluem os Projectos | 22

2.1.1. Eixo 1 Políticas Sociais de Proximidade | 23

2.1.2. Eixo 2 Qualidade de Vida e Ambiente | 29

2.1.3. Eixo 3 Desenvolvimento Económico Sustentável | 55

2.1.4. Eixo 4 Cooperação com as Freguesias e com a Sociedade Civil | 63

2.1.5. Eixo 5 Modernização Municipal | 66

2.2. Projectos, ponto de situação: administrativo e de candidatura | 72

3. Análise das Grandes Opções do Plano 2013-2016 | 75

3.1. Estrutura das Grandes Opções do Plano (GOP) | 79

3.2. Estrutura de Investimentos e Actividades Incluídas nos Objectivos e Programas | 81

3.3. Análise Económica das GOP | 87

4. Análise do Orçamento 2013 | 92

**Orçamento 2013
e Grandes Opções do Plano 2013-2016**



4.1. Estrutura da Receita | 93

4.2. Estrutura da Despesa | 99

4.3. Análise Económica do Orçamento | 104

Parecer do Revisor Oficial de Contas | 106

Anexo I . Mapas

1. Enquadramento Estratégico de Referência

8

1.1.

Atual Conjuntura Política e Económica

9

Mundo

No dia 9 de outubro, foram divulgadas as previsões de Outono do FMI, que reduziu a previsão de crescimento do PIB mundial em volume em 2012 e 2013 (para 3.3% e 3.6% respetivamente, face a 3.5% e 3.9% na previsões intercalares de Julho e 3.5% e 4.1% nas previsões de Primavera, de abril). A revisão em baixa a abrangeu tanto as economias avançadas (1.3% e 1.5%, após 1.4% e 1.9% em julho e 1.4% e 2 em abril), afetadas pelas medidas de consolidação orçamental, como as economias emergentes (para 5.3% e 5.6%, face a 5.6% e 5.9% em julho e 5.7% e 6% em abril), penalizadas pelo abrandamento e incerteza acrescida nas economias mais desenvolvidas e pela desaceleração do comércio mundial (para variações reais de 3.2% em 2012 e 4.5% em 2013, face a 5.8% em 2011 e 12.6% em 2010). O FMI salientou ainda que as perspetivas poderão melhorar se ocorrerem avanços na resolução da crise de dívida soberana europeia e houver um acordo nos EUA para travar um forte ajustamento orçamental em 2013.

Da publicação *World Economic Outlook* de Outono do FMI, onde se inserem as previsões, merece ainda realce um estudo em que se conclui que os habituais multiplicadores orçamentais de curto prazo das economias avançadas estarão subavaliados (em vez do valor de 0.5 obtido nas três décadas até 2009, aponta-se agora um intervalo entre 0.9 e 1.7 desde a recente Grande Recessão), explicando os efeitos contracionistas acima do esperado das políticas de consolidação orçamental que estão a ser levadas a cabo por muitas economias ocidentais, em especial na Europa. Os resultados são consistentes com outros estudos recentes onde é sugerido que, no atual contexto de capacidade por utilizar, política monetária no limite da taxa de juro zero e ajustamento orçamental sincronizado em vários países, os multiplicadores orçamentais já poderão ser superiores a 1.

Portugal

Destacam-se, a seguir, várias notícias de envolvente relativas a Portugal.

No dia 3 de outubro, o Ministro de Estado e das Finanças fez um ponto de situação do Programa de Ajustamento, onde anunciou a estratégia orçamental do Governo em 2013 após o recuo na medida de desvalorização fiscal (por via da alteração das contribuições sociais de trabalhadores e empresas). Segundo Vítor Gaspar, o Governo vai devolver um subsídio aos funcionários públicos e trabalhadores das empresas públicas e 1.1 subsídios aos pensionistas. “O aumento de despesa para o Estado que daqui resulta será compensado com medidas de carácter fiscal” (nomeadamente a redução do número de escalões e a introdução de uma sobretaxa de 4% no IRS, e o aumento da base e o limite à dedução de encargos financeiros no IRC), visando “uma distribuição mais equitativa do esforço de consolidação orçamental”, o que vai de encontro às exigências do Tribunal Constitucional. A maioria dos funcionários públicos, dos pensionistas e dos trabalhadores das empresas públicas ficará financeiramente melhor em 2013 do que em 2012, e os trabalhadores do setor privado perderão menos dinheiro do que perderiam com a alteração da taxa social única, segundo Vítor Gaspar. Foi ainda anunciado que o Governo estava a conduzir um processo de identificação de cortes adicionais na despesa pública a nível setorial até à aprovação do Orçamento de Estado de 2013.

No ponto de situação, o ministro Vítor Gaspar salientou ainda a operação de troca de dívida pública realizada nesse dia, marcando de “forma inequívoca” e com “enorme sucesso” o regresso da República Portuguesa ao mercado. Segundo o ministro, o Governo resolveu a incerteza sobre o financiamento durante o ano de 2013 ao trocar 39% do montante em dívida de Obrigações do Tesouro com maturidade em setembro de 2013 por

dívida que se vence em outubro de 2015. A operação foi realizada em condições de mercado a uma taxa de juro de 5.12%, equivalente a emitir dívida no mercado a um prazo de 3 anos.

No dia 29, o ministro da Economia, Álvaro Santos Pereira anunciou, na comissão de economia e obras públicas da Assembleia da República, que o Governo vai negociar com a troika um conjunto de medidas de apoio ao financiamento da economia e incentivos ao investimento, no âmbito da próxima avaliação do memorando de entendimento. No âmbito da mesma avaliação, o Governo quer ainda chamar a atenção da troika para a necessidade de apoios ao financiamento das empresas, especialmente as PME.

No dia 31 de outubro, foi aprovada na generalidade a Proposta de Orçamento de Estado para 2013 do Governo (aprovada em Conselho de Ministros no dia 10), que, partindo de uma previsão de queda real do PIB de 1% em 2013, pretende reduzir o défice público para a meta revista de 4.5% do PIB através de um aumento da carga fiscal, que se sobrepõe ao aumento de despesa associado à reversão parcial dos cortes de subsídios a funcionários públicos e pensionistas.

No dia anterior, durante a abertura do debate parlamentar na generalidade da proposta de Orçamento do Estado para 2013, o Primeiro-ministro afirmou que “as reduções de despesa compatíveis com a manutenção da atual estrutura do sector público chegaram muito próximo do seu limite com os cortes efetuados em 2011 e 2012, e com os que estão previstos para 2013.” O Primeiro-Ministro justificou, assim, a necessidade de refundar o programa de assistência económica e financeira a Portugal, um processo para o qual convidou o maior partido da oposição e os parceiros sociais, considerando que *“existe hoje um consenso amplo no País de que é preciso fazer uma reforma estrutural do Estado para ultrapassar a atual crise, porque Portugal tem problemas que não podem ser resolvidos com aumentos de impostos ou com mais compressão da atual estrutura de despesa.”*

Quanto a legislação publicada de finais de setembro a finais de outubro com impacto económico relevante, merecem destaque:

- o estabelecimento dos princípios gerais relativos à organização e ao funcionamento do Sistema Elétrico Nacional (Decreto-Lei n.º 215-A/2012, de 8/10), no âmbito do Terceiro Pacote Energético, bem como as regras comuns para o Mercado Interno de Eletricidade (Decreto-Lei n.º 215-B/2012, de 8/10), e os critérios para a repercussão diferenciada dos custos decorrentes de medidas de política energética, de sustentabilidade ou de interesse económico geral (CIEG) na tarifa de uso global

do sistema aplicável às atividades do Sistema Elétrico Nacional (Portaria nº 332/2012 de 22/10);

- a aprovação do caderno de encargos aplicável à 3.ª fase da operação de reprivatização da TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S. A., a fixação de algumas das condições aplicáveis à 4.ª fase deste processo de reprivatização, e a admissão do potencial investidor de referência, denominado Synergy Aerospace (Resolução do Conselho de Ministros n.º 88-A/2012, de 19/10);
- o agravamento da tributação em sede de IRS (taxas liberatórias), IRC (taxas liberatórias e de retenção), Imposto do Selo (taxa sobre prédios de valor igual ou superior a 1 milhão de euros) e Lei Geral Tributária (manifestações de fortuna) (Lei nº 55-A/2012 de 29/10); e
- a aprovação do processo de privatização de até 100% do capital social da ANA - Aeroportos de Portugal, S. A. (Decreto-Lei n.º 232/2012, de 29/10); a definição dos critérios mínimos necessários e cumulativos a observar no procedimento para a emissão de portaria de extensão (Resolução do Conselho de Ministros nº 90/2012 de 31/10), destacando-se, em particular, que a extensão deve ser requerida por, pelo menos, uma associação sindical e uma associação de empregadores outorgantes, tendo a parte empregadora subscritora da convenção coletiva de ter ao seu serviço, pelo menos, 50% dos trabalhadores do sector de atividade, no âmbito geográfico, pessoal e profissional de aplicação pretendido.

12

Quanto a dados de conjuntura, destaca-se a atenuação da queda do indicador coincidente de atividade do Banco de Portugal no terceiro trimestre (variação homóloga de -2.1%, incluindo -1.9% em setembro, após -2.7% no trimestre anterior), apontando para uma evolução semelhante do PIB. O indicador coincidente do consumo privado do Banco de Portugal também registou uma evolução menos negativa no terceiro trimestre (variação homóloga de -4.9%, incluindo -4.6% em setembro, após -5.8% no segundo trimestre).

Quanto a dados de conjuntura, destaca-se a atenuação da queda do indicador coincidente de atividade do Banco de Portugal no terceiro trimestre (variação homóloga de -2.1%, incluindo -1.9% em setembro, após -2.7% no trimestre anterior), apontando para uma evolução semelhante do PIB. O indicador coincidente do consumo privado do Banco de Portugal também registou uma evolução menos negativa no terceiro trimestre (variação homóloga de -4.9%, incluindo -4.6% em setembro, após -5.8% no segundo trimestre).

Os dados mais recentes do comércio internacional revelaram-se globalmente favoráveis, com variações homólogas nominais no período de janeiro a agosto de 9.6% nas exportações (10.4% de junho a agosto) e de -1.5% nas importações (-4.3%).

Contudo, a informação prospetiva mais recente, relativa ao indicador de clima do INE, revelou-se negativa, com os dados a mostrarem uma descida em setembro e em outubro, invertendo o perfil positivo iniciado em março. Nos indicadores de confiança (que integram a maioria das questões dos inquéritos usadas no índice de clima), a deterioração ocorrida em outubro foi generalizada. A maior descida ocorreu no indicador de confiança dos consumidores seguido pelos indicadores de confiança dos serviços (que registou um novo mínimo histórico), do comércio, da indústria transformadora e da construção e obras públicas, quase todos (com exceção do indicador da indústria transformadora) perto de níveis mínimos históricos.

Em setembro, a taxa de desemprego portuguesa estimada pelo Eurostat reduziu-se 0.1 p.p., para 15.7% (valor corrigido de sazonalidade, numa série iniciada em 1983), situando-se ainda próximo de um máximo histórico.

A taxa de inflação homóloga aferida pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC) diminuiu para 2.9% em setembro (face a 3.1% em agosto), mas situou-se acima do mínimo de dois anos e meio registado em junho (2.7%). Excluindo a energia e os bens alimentares, a variação homóloga desceu para 1.1% (1.4% em agosto). A variação média anual do IPC geral manteve-se em 3.3%, pelo quarto mês consecutivo. O comportamento do IHPC foi similar ao do IPC (variação homóloga de 2.9% e média anual de 3.2%).

No mercado monetário europeu, as taxas Euribor a 3 e 6 meses voltaram a descer em setembro, tanto em média mensal (0.246% e 0.484%, respetivamente, após 0.332% e 0.606% em agosto) como em valor de final de mês (0.22% e 0.437%, face a 0.278% e 0.537% no final de agosto), renovando mínimos históricos. A queda das taxas Euribor refletiu o novo programa de compra e dívida soberana do BCE e a concordância da Alemanha.

Em outubro, as taxas Euribor diárias prosseguiram em queda (para 0.196% nos 3 meses e 0.394% nos 6 meses, no dia 29), renovando mínimos históricos em todos os prazos. O recuo das taxas foi mais intenso nos prazos mais elevados, implicando uma redução da inclinação da curva de rendimentos do mercado monetário europeu. No dia 29, as taxas Euribor situaram-se abaixo da taxa principal de refinanciamento do BCE (0.75%) em todas maturidades, incorporando a expectativa de novos cortes das taxas diretoras do BCE.

A síntese de execução orçamental de janeiro a setembro revelou um défice de 5193.3 m.e. em Contabilidade Pública no subsector Estado, menos 1305.9 m.e. (20.2%) do que no período homólogo de 2011. A receita do Estado registou uma variação de 6.4% (10.6% até agosto), repartida entre -4.9% na receita fiscal (-2.4%) e 105% na receita não fiscal (116.1%), cuja desaceleração reflete a diluição do efeito da incorporação no Estado dos fundos de pensões da banca, que justifica o forte aumento da rubrica. Dentro da receita fiscal, registou-se uma variação de -4.3% nos impostos directos (2.1% até agosto), distribuída entre -20.7% no IRC (-22.9%) e 2.6% no IRS (13.7%), que abrandou como esperado, passado o efeito de antecipação do prazo de pagamento do IRS referente a 2011, sendo ainda de destacar o aumento significativo dos “outros impostos directos” (de 46.6 para 264.4 m.e.), devido ao desempenho positivo da tributação sobre o património mobiliário detido no estrangeiro (RERT III). Por sua vez, os impostos indirectos evidenciaram uma variação -5.4% (-5.3%), incluindo -2.5% no IVA (-2.2%). A despesa apresentou uma variação homóloga de 1.4% no acumulado até agosto (1.1% até agosto), mas que seria de -2.9% excluindo a regularização de dívidas do sector da saúde (num total de 1500 m.e.). Destacam-se as variações de -19.9% na despesa de capital (-19.1%), de 20% nos juros da dívida (18.3% até agosto), e de 0.4% na despesa corrente primária (0.3%), valor que seria de -5% excluindo a referida regularização de dívidas. Na despesa corrente primária, salientam-se as variações de -14.5% dos gastos com pessoal (-15.6% até agosto), influenciados pela diluição do efeito da suspensão do subsídio de férias dos funcionários públicos, e de 6.6% nas transferências (7.2%), mas que seria -1.2% sem a regularização de dívidas na saúde.

14

Em termos de taxas de execução face aos valores previstos no orçamento rectificativo, registaram-se valores de 72.3% na despesa (73.5% na despesa corrente primária) e 70.9% na receita (68% na receita fiscal), nos dois casos abaixo do padrão de execução uniforme ao longo do ano ($9/12=75\%$), sobretudo no caso da receita (e em particular da receita fiscal).

O saldo consolidado da Administração Central (subsector Estado mais Serviços e Fundos Autónomos) e Segurança Social situou-se em -5850.5 m.e. até setembro. Excluindo as Empresas Públicas Reclassificadas (EPR), o saldo da Administração Central e da Segurança Social situou-se em -5349.2 m.e., valor que compara com -4501.1 m.e. no período homólogo de 2011 (variação do saldo em -848.1 m.e.). A receita consolidada comparável da Administração Central e Segurança Social registou uma variação acumulada de 2.4% (4.7% até agosto), repartida entre -3.2% na receita corrente (-1.6%) e 192.1% na receita de capital (193.7%). No que se refere à receita corrente, salienta-se a variação de -6% das

contribuições sociais (-6% também até agosto), refletindo a evolução desfavorável do emprego e o efeito, no caso da CGA, da medida de suspensão do pagamento do subsídio de férias do pessoal no ativo. A variação da despesa consolidada comparável situou-se em 1% (0.4%), mas seria de -2% excluindo a regularização de dívidas acumuladas do SNS. Considerando as EPR, o grau de execução da receita da Administração Central e da Segurança Social até setembro foi de 69.7% (69.2% na receita corrente), tendo o grau de execução da despesa sido também de 69.7% (70.7% na despesa corrente), um valor abaixo do padrão de execução linear já referido.

O valor provisório do défice das Administrações Públicas relevante para efeitos do PAEF (Programa de Ajustamento Económico e Financeiro) situou-se em 5568.5 m.e. até ao final do 3º trimestre de 2012 (faltando ainda apurar a execução de algumas entidades pertencentes ao setor dos Serviços e Fundos Autónomos e da Administração Local), abaixo do limite estipulado (5900 m.e.).

1.2.

Proposta de Orçamento de Estado para 2013

16

A par da difícil conjuntura económica dos últimos tempos, a proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2012 vem completar um conjunto de factos que têm tornado insustentável a situação financeira dos municípios.

Vejamos:

Artigo 26º

Redução remuneratória

De grosso modo mantém as reduções das remunerações totais ilíquidas mensais superiores a €1.500,00 (que vigoram desde a LOE 2011 - artigo 19º - e que forma mantidas pelo LOE 2012 - artigo 20).

Este preceito inova na parte em que obriga as entidades processadoras das remunerações de certos trabalhadores em funções públicas, donde se incluem os Municípios (1. Os que

exercem funções em entidades fora do âmbito da LVCR -cedências de interesse publico; 2. Os que exercem funções em institutos públicos de regime especial e de pessoas coletivas de direito publico dotadas de independência decorrente da sua integração nas áreas de regulação, supervisão ou controlo, incluindo as entidades reguladoras independentes; 3. E os que exercem funções em fundações publicas de direito publico e das fundações publicas de direito privado e outros estabelecimentos públicos) de procederem à entrega das quantias correspondentes às reduções remuneratórias nos cofres do Estado (n.º 10).

Artigo 33º

Proibição de valorizações remuneratórias

Permanece, de modo geral idêntica, a proibição de quaisquer atos que consubstanciem valorizações remuneratórias dos titulares dos cargos e demais pessoal identificado no n.º 9 do artigo 26º.

A grande inovação prende-se com a cominação da nulidade para a violação deste artigo.

Artigo 63º

Redução de trabalhadores nas autarquias

- Como e do conhecimento geral, para além da aposentação e da caducidade de contratos, não há mais mecanismos para proceder a redução de pessoal;
- A meta dos 2% terá que ser atingida à custa das aposentações, cujos processos na CGA demoram 15 meses;

Artigo 64º

Controlo do recrutamento de trabalhadores nas autarquias locais

Trata-se de uma norma semelhante a do atual OE e na qual a participação da ANMP foi determinante para não sujeitar a autorização de recrutamento ao Ministro das Finanças.

Artigo 83º

Montantes da participação das autarquias locais nos impostos do Estado

- 1 - O artigo mantém a mesma redação e montantes do OE 2012, com exceção da alínea c) do n.º 1.
- Alínea c) do n.º 1: deixa de se fazer referência ao IRS das Regiões Autónomas, passando a falar-se apenas no do continente.

Existe um lapso no valor de IRS apresentado. De acordo com a coluna 5 do mapa XIX, o valor de IRS correspondente aos municípios do continente é de 387 393 340. O valor de 402 M constante do texto do artigo corresponde ao valor a transferir para os 308 municípios.

Artigo 85.º

Regularização de dívidas a fornecedores

No ano de 2013, o regime do Fundo de Regularização Municipal, previsto no artigo 42.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, e regulado no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 120/2012, de 19 de junho, e aplicado a todas as dívidas vencidas, independentemente do seu prazo de maturidade, bem como a amortização de empréstimos de médio longo prazo, de acordo com a ordem seguinte:

- a) Dívidas a fornecedores vencidas há mais de 90 dias;
- b) Outras dívidas já vencidas;
- c) Amortização de empréstimos de médio longo prazo.

Artigo 86.º

Dívidas das autarquias locais relativas ao setor da água, saneamento e resíduos

1 - As autarquias locais que tenham dívidas vencidas às entidades gestoras de sistemas multimunicipais de abastecimento de água, saneamento ou resíduos urbanos ou de parcerias entre o Estado e as autarquias locais nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, e que não as tenham incluído no Programa de Apoio à Economia Local, aprovado pela Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, devem apresentar aquelas entidades, no prazo de 60 dias, um plano para a sua regularização com vista à celebração de um acordo de pagamentos.

Artigo 88.º

Descentralização de competências para os municípios no domínio da educação

Relativamente às matérias contratualizadas com o MEC, falta consignar:

- Previsão de verbas correspondentes à alteração do número de beneficiários no âmbito da ação social escolar, referentes ao ano escolar 2009-2010 e seguintes;
- Na transferência financeira relativa ao pessoal não docente do ensino básico deverá ser discriminado que a mesma, para além das remunerações propriamente ditas, tem que abranger todas as outras situações com implicações financeiras, designadamente, despesas de saúde no âmbito da ADSE, entre outros.

- Quanto à gestão do parque escolar, no que respeita a manutenção, as verbas correspondentes deverão ter em conta o estado dos edifícios bem como o ano da última intervenção, devendo ser distribuídas por três escalões: caso o edifício tenha até dois anos, entre dois e cinco anos e mais de cinco anos.
- Deve ser prevista a transferência das dotações necessárias à concretização dos investimentos de manutenção constantes das Adendas aos Contratos de Execução assinados entre o Ministério da Educação e os Municípios.
- Deve ser prevista a verba para transportes escolares das crianças do 1º ciclo, deslocadas em virtude do encerramento das escolas.

Artigo 89.º

Descentralização de competências para os municípios no domínio da ação social

O presente artigo, já incluído no OE 2008 e no OE 2009, cria abertura para a descentralização de competências nos domínios da ação social.

Devera ser acompanhado de uma autorização legislativa que permita a definição dos modelos de contratualização-tipo e os custos-padrão a utilizar.

Artigo 92.º

Retenção de fundos municipais

Volta a ser definida uma retenção de 0,1 % do FEF, como receita da Direcção-Geral das Autarquias Locais. Independentemente da ação meritória da DGAL, esta retenção é uma grosseira violação da autonomia do Poder Local (quicá inconstitucional), não competindo aos Municípios proceder ao financiamento dos organismos da Administração Central.

Artigo 93.º

Redução dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias

A redação deste artigo é ilegível e incompreensível. É necessária uma nova redação, por completo, para que se perceba o que pretende o autor.

Desde logo, o título do artigo é “Redução dos Pagamentos em atraso com mais de 90 dias”. Porém, o artigo regula também reduções de “endividamento”, sem que se perceba concretamente a que endividamento se refere.

Artigo 95.º

Endividamento municipal em 2013

1 - O cálculo do limite de endividamento líquido para 2013, e feito em novos moldes, adotando o menor dos 2 valores referidos em a) e b).

A solução é tecnicamente mais correta, para os fins em vista.

6 - As exceções aos limites de endividamento, para os objetivos definidos, devem sê-lo sem necessidade de recurso a despacho do Ministro.

Artigo 97.º

Alteração ao DL144/2008, de 28 de Julho (Transferência de competências para os Municípios no âmbito da educação)

É imperioso corrigir o artigo 5º, n.º 1 do DL 144/2008 o qual, ao contrário da intenção do legislador que pretendia transferir o pessoal não docente do ensino básico, aquela disposição abrange apenas a transferência de pessoal não docente do 2º e 3º ciclos. Trata-se de um lapso, já reconhecido pelo próprio Ministério da Educação, o qual na contratualização com os Municípios inclui, também o pessoal do 1º ciclo.

Artigo 99.º

Regularização extraordinária dos pagamentos aos fornecedores

20

O saldo que se registar na execução do PAEL em 2012 será utilizado em 2013.

Face aos problemas de um conjunto específico de Municípios, para quem a sua principal dificuldade está no endividamento de médio e longo prazos, entende-se dever ser criado um necessário programa apto a dar resposta aos Municípios com estas dificuldades financeiras substanciais.

2.

A Gestão do

Município de

Reguengos de

Monsaraz

21

2.1.

Os Eixos e os Programas que incluem os Projetos

22

Os eixos ou objectivos fundamentais da gestão autárquica do Município de Reguengos de Monsaraz, são:

- Políticas Sociais de Proximidade;
- Qualidade de Vida e Ambiente;
- Desenvolvimento Económico Sustentável;
- Cooperação com as Freguesias e com a Sociedade Civil; e
- Modernização Municipal.

Cada eixo ou objectivo inclui um ou mais programas de atuação, que são temáticos e fundamentais à organização dos projetos e atividades a implementar.

2.1.1. Eixo 1 Políticas Sociais de Proximidade

A promoção da inclusão social é uma das grandes marcas do Partido Socialista em Reguengos de Monsaraz, com base no reconhecimento incondicional dos direitos sociais como indissociáveis para atingirmos um Concelho cada vez mais solidário. As políticas sociais promovidas pelo Município, e às quais queremos dar continuidade, têm por objetivos fundamentais a promoção do acesso ao emprego e a criação de novas oportunidades, o acesso à habitação condigna para todos, o acesso aos direitos de cidadania e de participação social, o apoio às crianças, aos idosos e às famílias.

23

SOLIDARIEDADE

Medidas de Apoio Social

O Município de Reguengos de Monsaraz continuará, no próximo ano, a assumir as políticas de inclusão social como uma prioridade, tomando como princípio a consagração do conceito de cidadania social extensível a todas as pessoas.

Estas políticas de inclusão social têm como objetivo primordial a melhoria das condições de vida da população, em especial dos mais desfavorecidos, assente numa ótica de prevenção e/ou redução do fenómeno da exclusão social, procurando direccionar a sua intervenção junto dos grupos sociais mais vulneráveis, como são a infância e juventude, os idosos, as pessoas portadoras de deficiência e outros grupos em situação de exclusão social.

Nesta senda, as grandes finalidades consubstanciam-se:

- a) Na promoção do acesso ao emprego ou à formação profissional como forma de inclusão social;
- b) No acesso à habitação condigna como um direito de todos;
- c) No acesso aos direitos de cidadania e de participação social;
- d) No apoio às crianças, aos idosos e às famílias mais vulneráveis.

Gabinete de Inserção Profissional (G.I.P.)

Dando continuidade ao seu trabalho na área da integração sócio-profissional, da inclusão social e assumindo a sua responsabilidade em matéria de coesão social no concelho de Reguengos de Monsaraz, o Gabinete de Inserção Profissional (G.I.P.) assume as grandes exigências que o ano de 2013 nos pede a todos.

O G.I.P. vai continuar a promover a integração sócio-profissional dos seus utentes e a disponibilizar junto dos mesmos, todas as medidas existentes no Instituto de Emprego e Formação Profissional.

24

O Gabinete de Inserção Profissional divulga as oportunidades de emprego disponíveis, capta ofertas de emprego junto a entidades/empresas, encaminha utentes para colocação em ofertas de emprego, divulga e promove programas de estágio como, por exemplo, o Programa de Estágios Profissionais do I.E.F.P. e promove medidas de integração social e profissional para desempregados a receberem prestações de subsídio de desemprego: os Programas Contratos Emprego Inserção.

No âmbito da Formação Profissional, o G.I.P. assume também a promoção e a divulgação da oferta Formativa do Instituto de Emprego e Formação Profissional prevista para o ano de 2013, bem como de empresas privadas de formação, quando solicitado para esse efeito.

Ainda em termos de Formação Profissional, o G.I.P. receciona inscrições para toda a oferta formativa de Instituto de Emprego e Formação Profissional, nomeadamente: Cursos de Educação e Formação de Adultos, Cursos de Educação e Formação de Jovens, Cursos de Especialização Tecnológica - CET, Cursos de Aprendizagem para Jovens, de entre outras tipologias que venham a existir durante 2013.

Na perspetiva empresarial e de apoio ao tecido empresarial local, o Gabinete de Inserção Profissional dá apoio técnico às empresas locais no que a medidas disponibilizadas pelo

Instituto de Emprego e Formação Profissional diz respeito; processos de seleção e recrutamento de Recursos Humanos, processos de candidatura a estágios profissionais, encaminhamento para as medidas de estímulo á contratação, projetos de Criação do próprio Emprego.

O Gabinete de Inserção Profissional realiza o registo eletrónico das apresentações periódicas, obrigatórias por lei.

No contexto Sócio - Económico que se prevê para o ano de 2013, de grandes dificuldades e constrangimentos e de fragilidade social, serviços como o Gabinete de Inserção Profissional ganham uma responsabilidade acrescida e da qualidade das suas respostas, no seu trabalho diário, vai depender, em grande parte, a manutenção da coesão social no nosso Município, através de um fator fundamental e central na vida de qualquer cidadão: o trabalho.

Mas não só, o G.I.P. é também um parceiro importante das empresas do nosso concelho, em tempos de dificuldade encontrarmos soluções junto das medidas existentes e disponibilizadas pelo I.E.F.P. é um fator que pode muitas vezes dar continuidade ao trabalho das empresas, conceder-lhe liquidez e dessa forma via viabilidade económica.

O Gabinete de Inserção Profissional vai continuar em 2013 a disponibilizar todos os serviços anteriormente descritos, mas principalmente vai procurar continuar a ser, o parceiro estratégico dos Cidadãos, das Empresas e das Entidades do concelho de Reguengos de Monsaraz para que todas as dificuldades possam ser ultrapassadas e as exigências superadas.

25

Rede Social do Concelho de Reguengos de Monsaraz

Enquanto promotora do desenvolvimento social concelhio, a Rede Social do Concelho de Reguengos de Monsaraz pretende atualizar o Diagnóstico Social, elaborar o Plano de Desenvolvimento Social e desenvolver o seu Plano de Ação Anual, um dos principais instrumentos de ação ao nível da intervenção social local, dinamizando os Grupos de Trabalho criados para o operacionalizar. O Plano de Ação irá de encontro às prioridades de intervenção estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Social.

O Conselho Local de Ação Social da Rede Social continuará, quando solicitado pelas diversas Entidades concelhias, a emitir pareceres para projetos e equipamentos a desenvolver no concelho.

Serviço de Psicologia

Existem no nosso concelho crianças, jovens e famílias social e afetivamente desfavorecidas, que fruto das suas vivências, são acometidas por diversos distúrbios do ponto de vista psicológico e, conseqüentemente, carenciados de apoio a este nível. Neste sentido, a intervenção torna-se premente, dando lugar à necessidade e à razão de existir da prestação de serviços na área da Psicologia.

O Serviço de Psicologia é um serviço especializado de apoio psicológico e psicopedagógico, que exerce a sua ação na área do Concelho de Reguengos de Monsaraz e que visa dar resposta às necessidades dos seus munícipes, contribuindo assim para o seu bem-estar.

Tem como respostas:

- a) Avaliação e acompanhamento psicológico a crianças e jovens;
- b) Acompanhamentos de alunos ao nível de métodos de estudo;
- c) Aconselhamento psicopedagógico a docentes;
- d) Entrevistas e aconselhamento a pais/ encarregados de educação;
- e) Apoio psicológico a adultos e idosos;
- f) Entrevistas e visitas domiciliárias;
- g) Articulação/cooperação com diversas instituições e entidades.

26

Serviços de Ação Social

Numa perspetiva transversal, os Serviços de Ação Social continuarão a promover o “atendimento social à população em situação de risco e/ou exclusão social”, o “acompanhamento psicossocial às famílias” e o acompanhamento dos processos de realojamento.

Divulgação de medidas de política social

Quanto à divulgação das medidas de política social desenvolvidas pela Administração Central, continuaremos a promover a sua divulgação e/ou apoio técnico às candidaturas:

- a) “Porta 65 - Arrendamento Jovem”, enquanto apoio financeiro do Estado ao incentivo do arrendamento jovem para residência permanente;

- b) “Serviço de Informação e Mediação para Pessoas com Deficiência (SIM-PD)”, serviço que se propõe prestar às pessoas com deficiência ou incapacidade e suas famílias uma informação acessível, personalizada, global e integrada sobre os direitos, benefícios e recursos existentes, apoiando-as na procura de soluções mais adequadas à sua situação concreta e fortalecendo as suas capacidades para assumirem, nas respetivas comunidades, os direitos e deveres inerentes a qualquer cidadão;
- c) “Complemento Solidário para Idosos”, enquanto prestação pecuniária suportada pelo Estado, destinada aos cidadãos com idade igual ou superior a 65 anos de idade, com baixos recursos económicos; e,
- d) “Programa SOLARH”, que permite a concessão de empréstimos sem juros pelo IHRU, para realização de obras de conservação e de beneficiação em habitação própria permanente.

Sénior

Num contexto de envelhecimento demográfico, assume particular relevância o reforço na proteção aos mais idosos, destacando-se:

21

- a) Intercâmbio de Idosos, como forma de promover o convívio entre idosos de dois Concelhos, trocando experiências entre os participantes, dando a oportunidade de conhecer e dar a conhecer outras realidades, visitando locais e regiões diferentes, permitindo uma troca de saberes;
- b) Encontro de Idosos do Concelho de Reguengos de Monsaraz, dirigido aos idosos das Instituição de apoio à terceira idade do Concelho, que visa promover o convívio saudável entre os participantes. É realizado na 5ª Feira de Ascensão (Dia da Espiga), procurando manter a tradição da “apanha da espiga”;
- c) Projeto de Fisioterapia, apoio e intervenção junto da população idosa de cinco IPSS do Concelho de Reguengos de Monsaraz, abrangendo um total de 350 idosos, no qual são desenvolvidas ações de reabilitação, através de tratamentos de fisioterapia;
- d) Comemoração do Mês do Idoso (Outubro), através da realização de atividades (passeios, espetáculos, etc.) dirigidas aos idosos não institucionalizados, como forma de assinalar a data.

Animação sociocultural

No âmbito das atividades de animação sociocultural propomo-nos dar continuidade à seguinte atividade:

a) Sábados à Tarde na Freguesia de Campo, com o objetivo de valorização das relações interpessoais, despertar a população para o trabalho em equipa, partilhar experiências, saberes e vivências, criação de espírito de entreajuda e dar a conhecer hábitos e tradições da terra.

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

No âmbito da proteção de crianças e jovens, o Município continuará a apoiar a CPCJRM, colaborando no acompanhamento dos processos dos menores sinalizados, visando a promoção dos seus direitos.

Loja Social

A Loja Social, que visa atenuar as necessidades imediatas de famílias carenciadas do concelho de Reguengos de Monsaraz, surgindo como uma estrutura de apoio e acompanhamento de proximidade. Para além de contribuir para a melhoria das condições de vida das famílias carenciadas, pretende potenciar o envolvimento de toda a sociedade civil, empresas e particulares, na recolha de bens.

A Loja Social tem como objetivos suprir as necessidades de famílias carenciadas, através de donativos em espécie ou em dinheiro; sensibilizar a comunidade para a recolha de bens materiais, nomeadamente, roupa, calçado, utensílios domésticos, livros, entre outros materiais; responder a situações de emergência social; atuar em situações de ruturas familiares graves e fomentar a rede de parceria interinstitucional concelhia.

Ainda no âmbito da ação e inclusão social cumpre-nos destacar o projeto que se segue.

Cartão Social do Município

O lançamento do Cartão Social do Município, que apoiará as famílias e idosos de fracos rendimentos e que entre outras vantagens poderá conceder apoios ao nível de utilização

gratuita e/ou redução no pagamento de bens e serviços públicos, comparticipação nas áreas da saúde e da habitação.

Habitação Social

Constatando-se que a pobreza e a exclusão social constituem problemas graves dos nossos dias, o seu combate é assumido como uma das grandes prioridades desta Autarquia, apostando em políticas sociais, para as quais tem incentivado as parcerias locais entre diversas entidades.

Assume como princípio, a consagração do conceito de cidadania social extensível a todas as pessoas, que requer, entre outros, o direito à habitação condigna, como forma de promoção de uma plena inserção na vida em sociedade.

Nesta senda, o problema da degradação e precariedade das habitações, muitas vezes sem infraestruturas básicas tem vindo a ser abordado através de um conjunto de programas e medidas, procurando a melhoria das situações habitacionais das famílias de menores recursos económicos, nomeadamente nas áreas do Realojamento e da Reabilitação.

No entanto, continuam a verificar-se problemas a este nível, atingindo bairros antigos e degradados e moradias sem condições mínimas.

29

O Município estabelece assim como grande objetivo a “promoção do acesso à habitação como instrumento estratégico para a inclusão e desenvolvimento social”. Desta forma pretende que a sua intervenção se traduza por:

- Promover a habitação social, especialmente dirigida às famílias cujos rendimentos não lhes permitem aceder ao mercado imobiliário;
- Continuar a construção da habitação para arrendamento social destinado a famílias em situação de carência habitacional;
- Promover a qualidade habitacional, apoiando as famílias carenciadas na recuperação e melhoria das habitações degradadas;
- Promover a integração social das famílias realojadas, desejavelmente com outras formas de apoio social.

2.1.2.

Eixo 2

Qualidade de Vida e Ambiente

EDUCAR E FORMAR

Ações dirigidas às Crianças e Jovens

Ampliação e Beneficiação do Centro Escolar EB1/J.I. de Reguengos de Monsaraz

Classificado como: Operações contratualizadas com a CIMAC.

30

Este projeto teve como objetivo essencial ampliar a Escola Básica através da construção de um bloco com 4 salas de aulas e a construção de raiz do Jardim de Infância com 5 salas de atividades em Reguengos de Monsaraz de modo a integrar num só espaço a educação pré-escolar e o ensino básico, proporcionando melhores condições para a prática do ensino, eliminando o duplo funcionamento do Jardim de infância n.º 1 e n.º 2.

Para além destas intervenções foram também efetuadas obras de remodelação na cantina escolar, no campo de jogos, a construção da biblioteca e os arranjos exteriores.

Ainda contempla o apetrechamento do equipamento mobiliário e informático para as respetivas salas novas.

Em termos físicos as duas empreitadas encontram-se concluídas.

Modernização do Parque Escolar do Concelho

Continuaremos a providenciar o apetrechamento, tanto ao nível da beneficiação dos edifícios escolares como ao nível do mobiliário e do material didático, das diversas escolas do concelho.

É de referir que serão, também, realizadas pequenas obras de manutenção destes equipamentos.

Carta Educativa

Tendo em conta que a Carta Educativa é uma ferramenta de estruturação da ação, que visa a melhoria contínua do sistema educativo local, e que a aprovação da nossa Carta ocorreu em 2006, procederemos à sua atualização, de forma a melhor podermos redefinir prioridades, otimizar recursos e fomentar a expansão e melhoria da nossa rede educativa.

Ação Social Escolar

Continuaremos a prestar apoio às famílias mais carenciadas, por meio da ação social escolar, nomeadamente através da atribuição de subsídios aos transportes escolares, manuais escolares e alimentação, bem como do material de desgaste utilizado pelos alunos e professores nas suas atividades letivas.

31

Regime da Fruta Escolar

Neste ano letivo, voltamos a realizar a candidatura ao programa Regime de Fruta Escolar, que prevê a distribuição semanal gratuita de fruta e produtos hortícolas a todas as crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico do Concelho de Reguengos de Monsaraz.

Para fomentar nas crianças a noção de que este é um projeto de grande importância e altamente benéfico para a saúde e também como meio de formalizar/objetivar esta atividade, iremos distribuir a todos os alunos material de suporte no qual poderão encontrar conteúdos didáticos e lúdicos sobre o tema e que servirá, igualmente, como recurso pedagógico aos professores nas atividades que promoverem junto dos seus alunos.

Atividades de Enriquecimento Curricular

Continuaremos a providenciar todo o apoio ao desenvolvimento de atividades de enriquecimento curricular em todas as escolas do 1.º Ciclo e Jardins de Infância do Concelho, não só em termos de contratação de pessoal docente mas também ao nível da aquisição e fornecimento de material didático e de desgaste para o desenvolvimento destas atividades extra curriculares.

COTL – Programas de Férias Escolares

No sentido de implementarmos políticas sociais e eficazes, continuaremos a providenciar às famílias e aos alunos o apoio necessário durante os períodos de férias escolares, através da realização de atividades com as quais possam ocupar os seus tempos de pausas letivas, através dos projetos “Páscoa Ativa” e Férias Divertidas”.

Componente de Apoio à Família

De forma a proporcionar um maior acompanhamento e apoio às famílias e aos alunos que deles necessitam, providenciamos, em todos os Jardins de Infância do Concelho, o fornecimento de refeições e atividades de prolongamento, em que se inclui, igualmente, o fornecimento de material didático e de desgaste para utilização nessas atividades e nas atividades letivas dos jardins de infância.

32

Bolsas de Estudo para Alunos do Ensino Superior

A constatação de que, numa sociedade cada vez mais competitiva e exigente, ao nível do mercado de trabalho, a formação superior constitui uma enorme mais-valia para o aumento da qualificação dos recursos humanos, sendo, por isso, necessário estimular o acesso à mesma, aliada à nossa contínua preocupação em desenvolver medidas de âmbito social que promovam a melhoria das condições sociais, económicas e culturais da nossa população, estão na base da manutenção desta medida de apoio. É nossa intenção ajudar a reduzir as desigualdades sociais que impedem ou dificultam as possibilidades de acesso ao ensino superior aos estudantes economicamente mais carenciados. Daí que tenha sido elaborado o Projeto de Regulamento Municipal para Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior Público que residam na área do Município de Reguengos de

Monsaraz, que estabelece, de uma forma clara, transparente e inequívoca, as condições de atribuição de Bolsas de Estudo para cada ano letivo.

Dia da Criança

A Comemoração do Dia da Criança tem como objetivo promover uma manhã de convívio entre os alunos e professores/auxiliares dos estabelecimentos de ensino público e privado do Concelho. Esta iniciativa engloba cerca de 1.000 crianças do Concelho de Reguengos de Monsaraz.

Receção Anual aos Professores

Esta atividade representa o reconhecimento do Município pelo imenso trabalho prestado pelos professores, nomeadamente homenageando aqueles que terminam a sua vida ativa e contribuindo para uma melhor integração dos que desenvolvem a sua atividade no nosso Concelho.

33

Ludotecas do Concelho

A Ludoteca Municipal do Campinho é um equipamento municipal que funciona em horário não letivo, dando apoio às crianças da Freguesia de Campinho em idade pré-escolar. O principal objetivo da Ludoteca de Campinho é o desenvolvimento de atividades de tempos livres de uma forma saudável e criativa, assegurando o funcionamento do prolongamento do jardim-de-infância.

Universidade Aberta – CLA

O Centro Local de Aprendizagem (CLA) da Universidade Aberta (UAb) em Reguengos de Monsaraz, que pretende servir mais de 250 estudantes que a UAb tem no Alentejo, resulta de uma parceria entre a UAb e a Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, que visa proporcionar oportunidades de aprendizagem à população e favorecer o desenvolvimento de competências - académicas, profissionais, culturais e cívicas - em diferentes áreas.

Continuaremos a apoiar este Centro de relevante interesse municipal por ser fundamental para o desenvolvimento social, educativo e cultural do concelho e promover atividades orientadas pelos princípios da Aprendizagem ao Longo da Vida.

Ler – Crescer e Aprender

Prosseguiremos o apoio e desenvolvimento de ações de promoção da leitura desde tenra idade, nomeadamente no âmbito da rede de bibliotecas escolares.

Apoiaremos, ainda, as atividades levadas a cabo no âmbito do plano nacional de leitura.

Em 2013 estará disponível um catálogo on-line da Rede de Bibliotecas Escolares do nosso concelho que integra todos os estabelecimentos de ensino, incluindo o Centro Local de Aprendizagem da Universidade Aberta.

MAIS SAÚDE

Promoção da Saúde

34

Extensões de Saúde do Concelho de Reguengos de Monsaraz

Classificado como: Operações apresentadas e/ou aprovadas pelo INALENTEJO

A operação irá dar continuidade às extensões de saúde do nosso concelho que contribuem para garantir aos mais desfavorecidos um melhor acesso ao sistema de saúde, permitir condições mais dignas a toda a população com a construção/requalificação dos edifícios, e oferecer melhor serviço público de saúde aos utentes que se encontram limitados às redes de transporte público.

O projeto apresentado ao INALENTEJO contempla seis componentes designadamente:

- Requalificação da Extensão de Saúde de Monsaraz;
- Construção da Extensão de Saúde de Santo António do Baldio;
- Construção da Extensão de Saúde de São Marcos do Campo;
- Equipamento para as Extensões de Saúde;

- Terrenos; e
- Projetos Técnicos.

A empreitada da Extensão de Saúde de São Marcos do Campo encontra-se em execução.

CIDADAMBIENTE

Requalificação Urbana e Ambiental

Sigredes – Levantamento e Gestão do Cadastro de Infraestruturas de Abastecimento de Água e de Saneamento dos Aglomerados Urbanos da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central

Classificado como: Operações conjuntas - são operações que integram vários parceiros entre os quais o Município de Reguengos.

35

O levantamento, validação e homogeneização da informação cadastral das redes segundo um modelo de dados comum e a sua integração num sistema de informação geográfica (SIG) que permitirá a gestão das respetivas redes apresenta-se como um dos objetivos fulcrais deste projeto.

Trata-se de um projeto conjunto cujo beneficiário líder é a CIMAC, assim sendo o Município é responsável pelas transferências correntes da correspondente verba relativa à contrapartida nacional.

Modernização da Rede de Abastecimento/Saneamento em Baixa do Concelho de Reguengos de Monsaraz

Classificado como: Operações contratualizadas com a CIMAC

Esta operação foi objeto de financiamento através da CIMAC, enquanto organismo intermédio do INALENTEJO e visa melhorar as redes de abastecimento e saneamento em baixa do concelho.

As componentes que integram esta operação são designadamente:

- a) Rede de Saneamento Básico do Concelho - Modernização da rede em baixa fase I - Motrinos
- b) Rede de Abastecimento de Água do Concelho (requalificação da conduta troço Zona Industrial de Reguengos de Monsaraz Perolivas);
- c) Rede de Abastecimento de água do Concelho - Implementação da Rede de Telegestão e tratamento automático de água para as células (reservatórios e captações);
- d) Modernização da Rede de Abastecimento / Saneamento em Baixa do Concelho de Reguengos de Monsaraz - Fase I. Esta empreitada inclui as seguintes intervenções:
 - d)1. Nova Conduta de Abastecimento em Baixa / Troço S.P. Corval - Santo António do Baldio;
 - d) 2. Nova Conduta de Abastecimento em Baixa / Troço Carrapatelo - CM1124;
 - d) 3. Nova Conduta de Abastecimento em Baixa / Troço Motrinos - Outeiro;
 - d) 4. Requalificação do Reservatório de Falcoeiras; e
 - d) 5. Rede em Baixa - Aldeia de Cima.
- e) Rede de Abastecimento de água do Concelho - Implementação da Rede de Telegestão e tratamento automático de água para as células Fase II (reservatórios e captações);

36

As componentes encontram-se em termos físicas concluídas.

Conduta de Abastecimento Outeiro-Paços Novos

Classificado como: Projeto que pode ser objeto de candidatura

Após a conclusão dos trabalhos relativos ao projeto “Conduta de Abastecimento em Baixa / Troço Motrinos - Outeiro” existe a necessidade da continuação da substituição da conduta mista que DN 110mm entre Outeiro e Reservatório de Paços Novos (Ferragudo/Telheiro) que atualmente tem 30 anos. Para tal a conduta passará na Zona Oeste de Outeiro, traseiras do Convento da Orada e Ferragudo numa extensão de 3.011m.l.

Conduta de Abastecimento Paços Novos-Monsaraz

Classificado como: Projeto que pode ser objeto de candidatura

Ainda no seguimento/prolongamento da conduta mista entre o Reservatório de Motrinos e Reservatório de Paços Novos existe a necessidade urgente da substituição da Conduta entre o Reservatório de Paços Novos e Reservatório de Monsaraz. Atualmente, com maior incidência na época alta, existem algumas dificuldades na reposição de caudal no Reservatório de Monsaraz de modo a corresponder com os consumos existentes no próprio aglomerado. Este facto deve-se a dois fatores: a diminuta capacidade de reserva de água e o diâmetro da conduta de ligação. Se a resolução do primeiro fator não é possível, a substituição da conduta de DN90mm para DN110mm, PN16, fará toda a diferença aumentando a capacidade de resposta da entidade gestora. A nova conduta terá uma extensão de 1.200 m.l.

Modernização da Rede de Abastecimento em Baixa do Concelho de Reguengos de Monsaraz

Classificado como: Operação candidatada ao POVT

37

A operação que se apresentou a financiamento visa essencialmente a realização de trabalhos que contribuem para o significativo melhoramento da Rede de Abastecimento em Baixa de Reguengos de Monsaraz e de São Marcos do Campo, fazendo parte da candidatura as seguintes intervenções/componentes:

- Requalificação da rede em baixa em Reguengos de Monsaraz;
- Requalificação da rede em baixa de São Marcos do Campo;
- Fiscalização;
- Revisão de Preços.

Para abastecimento de água, e no âmbito da presente candidatura, definem-se os seguintes objetivos específicos:

- Reduzir / anular as áreas com deficiência de pressão; ou com carência temporária de disponibilidade de água (situações tecnicamente deficientes);
- Reduzir /anular as perdas de água captada ou “entregue” ao sistema que não é efetivamente utilizada;
- Resolução de problemas de fiabilidade no fornecimento da água;
- Aumento da fiabilidade, qualidade e desempenho operacional;

- Requalificar a Rede de Abastecimento da Cidade de Reguengos de Monsaraz;
- Requalificar a Rede de Abastecimento do aglomerado de São Marcos do Campo;
- Eliminar perdas e fugas do caudal;
- Garantir a eficácia do sistema de abastecimento;
- Fornecer em quantidade suficiente a água aos utilizadores visados;
- Melhorar as condições para abastecer a população.

Implementação de Ações “Plano de Ação AGENDA 21 do Concelho de Reguengos de Monsaraz”

Classificado como: Projeto que pode ser objeto de candidatura

Atendendo à conclusão do Plano de Ação da AGENDA 21 do Concelho de Reguengos de Monsaraz no decorrer do ano 2011, é fundamental ter em conta as atividades previstas no Plano. Neste sentido e na eventualidade de se executarem algumas ações contempladas no Plano é necessário inserir no Orçamento 2013 uma rubrica específica para este efeito.

As tipologias de ações normalmente implícitas neste domínio do Plano são ações de divulgação e sensibilização dos cidadãos e porventura podem prever também remodelação/adequação/criação de infraestruturas.

38

Outeiro XXI – Parque desportivo

Classificado como: Projeto que pode ser objeto de candidatura

O projeto “Outeiro XXI” - Parque Desportivo, para a aldeia de Outeiro, integra a construção de um polidesportivo e área de lazer com um Parque Infantil no centro da aldeia.

A empreitada encontra-se em execução.

Requalificação Paisagística de Largos e Praças do Concelho de Reguengos de Monsaraz – S. Marcos do Campo

Classificado como: Projeto que pode ser objeto de candidatura

Intervenção em espaços centrais e de convívio em aglomerados rurais. Revitalização do centro das localidades, promovendo-se o convívio da população e a criação de condições para a realização de eventos em espaços atrativos para os locais e para os visitantes.

Requalificação Paisagística de Largos e Praças do Concelho de Reguengos de Monsaraz – S. Pedro do Corval

Classificado como: Projeto que pode ser objeto de candidatura

Intervenção em espaços centrais e de convívio em aglomerados rurais. Revitalização do centro das localidades, promovendo-se o convívio da população e a criação de condições para a realização de eventos em espaços atrativos para os locais e para os visitantes.

Requalificação Paisagística de Largos e Praças do Concelho de Reguengos de Monsaraz – Perolivas

Classificado como: Projeto que pode ser objeto de candidatura

Intervenção em espaços centrais e de convívio em aglomerados rurais. Revitalização do centro das localidades, promovendo-se o convívio da população e a criação de condições para a realização de eventos em espaços atrativos para os locais e para os visitantes.

39

Viver Reguengos - Requalificação Estrutural Urbana da Cidade de Reguengos de Monsaraz

Classificado como: Projeto que pode ser objeto de candidatura

O projeto consiste na requalificação estrutural das principais vias urbanas da cidade de Reguengos de Monsaraz, nomeadamente todo o percurso da EN 256 dentro do perímetro urbano, a requalificação da Praça da Liberdade e a criação de um percurso pedonal circular ao mesmo perímetro urbano.

Requalificação da Envolvente à Rocha dos Namorados

Classificado como: Projeto que pode ser objeto de candidatura

Embelezamento paisagístico da Rocha dos Namorados na Freguesia de Corval.

Requalificação do Jardim da Universidade de Évora em Monsaraz

Classificado como: Projeto que pode ser objeto de candidatura

Embelezamento paisagístico do Jardim da Universidade de Évora em Monsaraz.

Requalificação da Iluminação Pública na Cidade de Reguengos de Monsaraz – Traçados urbanos da ER255 e EN256

Classificado como: Operações conjuntas - são operações que integram vários parceiros entre os quais o Município de Reguengos.

No âmbito da candidatura Eficiência Energética na Iluminação Pública do Alentejo Central o Município de Reguengos de Monsaraz é executor da componente designada por “Requalificação da Iluminação Pública na Cidade de Reguengos de Monsaraz - Traçados Urbanos da ER 255 e EN256.

Neste contexto, a operação visou remodelar a iluminação pública nos traçados urbanos da ER255 e EN256 inseridas no perímetro da Cidade de Reguengos de Monsaraz de forma a melhorar a qualidade da iluminação pública permitindo um melhor serviço aos munícipes.

40

Energia – Eficiência Energética na Iluminação Pública do Alentejo Central

Classificado como: Operações conjuntas - são operações que integram vários parceiros entre os quais o Município de Reguengos.

Trata-se de um projeto apresentado ao INALENTEJO e é liderado pela CIMAC. Este projeto integra três componentes, que são transversais a todos os municípios que constituem esta candidatura, designadamente:

- a) Relógios astronómicos;
- b) Lâmpadas de vapor de Sódio; e
- c) Instalações semaforicos - LED.

Sendo um projeto cujo beneficiário é a CIMAC, o Município de Reguengos terá que lhe transferir verbas relativas à contrapartida nacional.

RSU e Limpeza Urbana

É nosso objetivo em 2013, continuar o trabalho de substituição dos equipamentos de deposição de resíduos urbanos -contentores, por novos equipamentos de polietileno mais práticos e mais fáceis de utilizar por partes dos munícipes. A par desta substituição, pretendemos continuar a instalar fixadores para os contentores em locais a definir e que justifiquem a sua instalação, nomeadamente ao nível da segurança.

Também pretendemos instalar contentores semienterrados, tipo “molok”, de modo a reduzir a frequência de recolha, aumentando a capacidade de armazenamento, mas de forma higiénica e sem maus cheiros, devido à deposição em profundidade. Neste tipo de contentores, pretendemos melhorar o desempenho do carro de recolha, nomeadamente a substituição da caixa, tornando-a mais estanque, de modo a evitar derrames, e com uma maior capacidade.

Quanto à limpeza pública, é nosso objetivo continuar a manter limpos os espaços públicos, nomeadamente, praças, largos, ruas e passeios em todo o concelho, bem como instalar mais algumas papeleiras nestes espaços, para que tenhamos um concelho mais limpo e mais agradável. Neste capítulo integramos também a monda química que é efetuada como forma de controlo das infestantes nos espaços públicos.

41

Pretendemos continuar o serviço de lavagem e desinfecção de contentores de forma mais regular de modo a tornar estes equipamentos mais higiénicos diminuindo a propagação de maus cheiros.

Educação e Sensibilização Ambiental

A nível da sensibilização ambiental, pretendemos continuar o projeto “Caminhar, Limpar e Plantar, incluindo o projeto “Limpar Portugal” e a sensibilização ao nível escolar e ao nível da população em geral, para as lixeiras clandestinas que existem ainda no Concelho. Pretendemos também neste âmbito, continuar com as parcerias com outras entidades como as Escolas, a Gesamb, a Águas do Centro Alentejo, que nos permitem a realização de visitas de estudos ao Aterro Sanitário Intermunicipal, a ETAR´s e/ou ETA, bem como a participação destas entidades em certames desenvolvidos pelo Município.

RETALER – Rede Transfronteiriza de Autoridades Locais em Energias Renovables

Classificado como: Operações conjuntas - são operações que integram vários parceiros entre os quais o Município de Reguengos.

O objetivo geral deste projeto aprovado pelo POCTEP é reforçar cooperação entre as autoridades locais e regionais em matéria de energias renováveis, através da transferência de boas práticas e metodologias, bem como através da definição conjunta de políticas e projetos transfronteiriços.

Trata-se de um projeto conjunto entre Espanha e Portugal, dos quais a CIMAC faz parte. Neste âmbito o Município é parceiro indireto o que significa que na realização das ações o Município terá que efetuar a respetiva contrapartida nacional para a CIMAC.

Desenho e Implementação dos Sistemas Municipais de Informação Geográfica Ambiental do Alentejo Central (SMIGA_AC)

Classificado como: Operações conjuntas - são operações que integram vários parceiros entre os quais o Município de Reguengos.

42

A operação pretende a implementação de Sistemas Municipais de Informação Geográfica Ambiental que permitam um melhor conhecimento do Ambiente e recursos naturais e das suas limitações de forma a assegurar uma correta gestão ambiental, e promover o desenvolvimento sustentável do Alentejo Central, numa lógica de partilha de informação. Integra as seguintes ações:

- a) Desenho e implementação do SMIGA_AC;
- b) Criação dos Gabinetes SMIGA nos Municípios e produção e aquisição de informação e cartografia de base e temática; e
- c) Coordenação e a promoção e divulgação do projeto.

Trata-se de um projeto conjunto cujo beneficiário líder é a CIMAC, assim sendo o Município é responsável pelas transferências correntes da correspondente verba relativa à contrapartida nacional.

Trânsito - Circulação e Estacionamento

A organização e regulamentação do trânsito e mobilidade urbana são, entre outras, uma responsabilidade do Município de Reguengos de Monsaraz. Está esta Câmara Municipal fortemente empenhada em desenvolver da forma mais eficaz possível, os objetivos de disciplinar e melhorar o estacionamento, a circulação automóvel e a segurança e fruição do espaço público pelos peões.

No próximo ano teremos ainda uma responsabilidade acrescida, pela previsível entrega ao Município das EN255 e 256, no troço urbano correspondente à travessia da nossa cidade, a qual passaremos a ter de conservar e sinalizar, que deveria ter sido realizada durante 2012.

Para se poderem alcançar estes objetivos é essencial um esforço comum a várias áreas de atuação, para as quais necessitamos de nos apetrechar com os meios mais eficazes possíveis, que estejam ao nosso alcance.

Para fazer face a essas necessidades e objetivos, prevemos a realização dos seguintes projetos e aquisições:

- a) Complementação da sinalização direcional de caixa em Reguengos de Monsaraz, essencial na rotunda 25 de Abril, dadas as obras de restauro de todas as infraestruturas e espaços públicos da Av. António José de Almeida;
- b) Manutenção e melhoria da sinalização existente, incluindo a da EN255 e 256;
- c) Sinalização de segurança para peões, nas travessias pedonais e áreas de maior afluência de crianças.
- d) Tentativa de criação de mais bolsas de estacionamento.

43

No que se refere a área de atuação relacionada com os transportes municipais, prevê-se que seja imperioso realizar um esforço económico para aquisição de algumas viaturas novas ou em segunda mão.

A frota de viaturas do município encontra-se em elevado estado de desgaste, o que muitas vezes, compromete seriamente a realização de algumas tarefas, sendo nalguns casos impossível dar resposta aos pedidos existentes, quer para a área das obras municipais, quer para o transporte de pessoal, nos seus mais variados aspetos.

ANOSSACULTURA

Desenvolvimento da Identidade Cultural

Biblioteca Municipal de Reguengos de Monsaraz

Classificado como: Operações contratualizadas com a CIMAC

A operação apresentada à CIMAC, enquanto organismo intermédio do INALENTEJO, refere-se à instalação da Biblioteca Municipal de Reguengos de Monsaraz no Palácio Rojão, antigo Palácio dos Condes de Monsaraz, em Reguengos de Monsaraz. Com este equipamento de utilização coletiva pretende o Município de Reguengos de Monsaraz dotar o Concelho de um serviço público de reconhecida necessidade e utilidade, destinado a facilitar o acesso à informação, à cultura, à educação e ao lazer, contribuindo, desta forma, para elevar o nível cultural e a qualidade de vida dos cidadãos. A operação permite a instalação e desenvolvimento do serviço da Biblioteca Municipal de Reguengos de Monsaraz que integra a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas. A empreitada encontra-se em execução.

Um dos maiores desafios que se coloca à Biblioteca Municipal em 2013 será, porventura, a transferência do seu espólio e serviços inerentes para um novo espaço, mais digno, mais amplo, que tenha possibilidades não só de albergar o imenso espólio bibliográfico que atualmente possui (monografias, imprensa escrita, periódicos), mas, sobretudo, que tenha condições para oferecer a todos os utilizadores as condições mínimas de acomodação quer para a prática da leitura de periódicos quer para a consulta local de bibliografia.

Pretendemos ainda disponibilizar um vasto catálogo com todas as obras cujo teor trate do concelho de Reguengos de Monsaraz, em todas as áreas do saber - história, arqueologia, tradições, literatura, imprensa escrita, turismo, etc. Queremos assim oferecer condições de excelência a todos os estudantes, investigadores e curiosos para acederem rápida e comodamente a uma vasta lista de títulos sobre a nossa região.

É nesta senda que iremos, a breve prazo, disponibilizar on-line o nosso catálogo de monografias e de periódicos. Todos os nossos utilizadores poderão assim aceder à nossa base de dados para efetuarem as suas pesquisas, bem como terem acesso a outras bibliotecas do concelho (inclusão dos catálogos das bibliotecas escolares, mediante a celebração do competente protocolo com a Rede de Bibliotecas Escolares).

Musealização do Espólio das Artes e Ofícios Tradicionais

O Município de Reguengos de Monsaraz possui, hoje, um rico espólio relativo aos ofícios e às artes tradicionais do nosso concelho. As mantas, o vinho, a agricultura, o barro, o cobre foram e são elementos vivos da nossa história e que constituem não só uma forma de reprodução material de um ou vários modos de saber popular como também são elementos que contribuíram, de forma decisiva, para a evolução social e económica do nosso concelho.

Durante o ano de 2013 continuaremos a realizar ações de conservação e manutenção deste espólio.

Valorização do Património de Monsaraz

Nesta área, desenvolveremos as seguintes ações:

- a) Estudos arqueológicos de Monsaraz: Conservação e restauro de espólio
Estudo dos sistemas defensivos de Monsaraz: elaboração de documentação gráfica: levantamento arquitetónico e arqueológico; - Levantamento de patologias e metodologia / projeto de recuperação dos sistemas fortificados de Monsaraz
- c) Museu do Fresco: - Levantamento das pinturas murais do concelho de Reguengos de Monsaraz
- d) Núcleo Interpretativo de Monsaraz
- e) Conclusão do Plano de Pormenor de Salvaguarda de Monsaraz
- f) O projeto tem como objetivos o estudo, a salvaguarda, valorização e animação do património de Monsaraz.

45

O seu potencial assenta no reforço de identidade cultural e na divulgação do seu vasto património construído e arqueológico como fator de atratividade turística.

Terão, também, continuidade os trabalhos de identificação e divulgação de perspetivas ainda não estudadas do património desta vila medieval.

Museu do Fresco

O Fresco do Antigo Tribunal de Monsaraz - O Bom e o Mau Juiz - é um dos principais símbolos da vila de Monsaraz e um dos locais mais visitados e procurados pelo público em geral e pelos investigadores e comunidade científica em particular. Monsaraz é, de forma inquestionável, uma referência no Alentejo no que à pintura mural diz respeito, não só

pelo ex-libris dos frescos quinhentistas da região como por outras pinturas mais recentemente estudadas, como é exemplo dos frescos da ermida de São João Batista ou, ainda, pinturas não estudadas como são os frescos da Ermida de São Bento.

Tendo em consideração esta riqueza artística, pretende o Município de Reguengos dinamizar o Museu do Fresco como espaço de estudo da pintura mural. Durante o mês de Julho, será ainda, renovada a exposição anual que aí se encontra patente ao público.

Programação Cultural

Ao longo de todo o ano, pretendemos promover e dinamizar diversas atividades de cariz cultural, de forma a proporcionar à população do concelho as mesmas oportunidades de conhecimento e formação de entretenimento que existem nos grandes centros urbanos.

Desta forma, continuaremos a trazer à nossa cidade os filmes mais atuais, realizar espetáculos de teatro, dança e música, bem como exposições, seminários e conferências de temática variada.

Feira do Livro

46

O Município de Reguengos de Monsaraz vai organizar entre Março a 17ª Feira do Livro. O evento estará aberto ao público num pavilhão colocado na Praça da Liberdade, onde decorrerão diversas atividades culturais, nomeadamente, conferências, tertúlias, exposições, animações de leitura, apresentações de livros com a presença de autores, espetáculos infantis, entre outras.

Comemorações do 175.º aniversário de elevação de Reguengos de Monsaraz a sede concelho.

O Município de Reguengos de Monsaraz irá assinalar o 175º aniversário da elevação de Reguengos de Monsaraz a Sede de Concelho, envolvendo a população na comemoração de uma efeméride encarada como fator de reforço da nossa identidade.

Comemorações 25 de Abril

O Município de Reguengos de Monsaraz irá assinalar o 39º aniversário do 25 de Abril com um programa composto por espetáculos musicais e atividades desportivas.

Festa Ibérica da Olaria e do Barro

A Festa Ibérica da Olaria e do Barro decorrerá, este ano, no mês de Maio em S. Pedro do Corval. Este certame, organizado pelos municípios de Reguengos de Monsaraz e de Salvatierra de los Barros, junta os dois maiores centros oleiros da Península Ibérica num evento de promoção cultural e turística da olaria e visa valorizar a olaria, chamar a atenção para a sua importância e para o seu interesse artesanal e artístico.

Na edição deste ano salientam-se a edição de um livro sobre a olaria, uma exposição e espetáculos musicais.

Festas de Santo António

As Festas de Santo António, em honra do padroeiro de Reguengos de Monsaraz, são organizadas pelo Município no mês de Junho. Ao longo do evento decorrerão diversos espetáculos, desfile de marchas populares, exposições e atividades desportivas.

Estas Festas são uma tradição que se mantém permitindo o reencontro de Reguenguenses. Pelo seu âmbito cada vez mais abrangente, trazem, também, à cidade de Reguengos visitantes que, assim, verificam a hospitalidade desta terra.

47

Monsaraz Museu Aberto

A iniciativa cultural Monsaraz Museu Aberto decorre na vila medieval de Monsaraz ao longo de todo o ano. Organizado pelo Município de Reguengos de Monsaraz desde 1986, o Monsaraz Museu Aberto tem atingido elevados índices de notoriedade pela qualidade e diversidade da programação e pelo cenário arquitetónico e histórico que envolve o festival, considerado de referência no Alentejo e em Portugal.

A programação cultural pretende consolidar o conceito de Museu Aberto que legitimamente atribuímos a Monsaraz e assenta, essencialmente, no vasto património construído que pode ser visitado nesta vila. Inclui, ainda ciclos de exposições, espetáculos

musicais, conferências e as comemorações do Natal com o Presépio de Rua, o Cante ao Menino e Cante de Reis.

Outubro Mês da Música

À semelhança de edições anteriores, comemoraremos o Mês da Música com a apresentação de espetáculos musicais de diversa índole, disponibilizando um palco de sonoridades para diversos gostos e idades. Pretendemos, com esta iniciativa, evidenciar e dar seguimento à forte tradição musical que existe no nosso concelho.

Dia da Cidade

Na sequência da sua elevação à categoria administrativa de cidade, e com o intuito de continuar a assinalar com orgulho essa importante data, o Município de Reguengos de Monsaraz continuará a promover diversas atividades, nomeadamente espetáculos musicais, culturais e de cariz desportivo, que revistam a data da solenidade que lhe é devida.

48

Natal em Reguengos

Com o intuito de celebrar esta data festiva com a dignidade que a caracteriza, pretendemos promover diversos eventos alusivos à época, sendo que se destacam as atividades que envolvem as crianças do nosso concelho e dos concelhos limítrofes.

Por outro lado, promove-se, também, o envolvimento de toda a comunidade do concelho numa perspetiva de solidariedade social.

Presépio de Rua em Monsaraz

O Município de Reguengos de Monsaraz vai continuar a apresentar na vila medieval de Monsaraz o presépio de rua com 43 figuras em tamanho real. O presépio estará exposto pela vila durante o mês de Dezembro até ao princípio de Janeiro, proporcionando aos milhares de visitantes e turistas que se deslocam a Monsaraz durante este mês, um percurso nas ruas históricas “acompanhados” pelas figuras que representam a Natividade. O presépio de rua de Monsaraz é já uma referência a nível nacional da comemoração da época natalícia no nosso concelho.

Terras de Sol - Recuperação de Imóveis de Monsaraz - Centro Multimédia

Classificado como: Operações apresentadas e/ou aprovadas pelo INALENTEJO

A Operação “Recuperação de Imóveis de Monsaraz - Centro Multimédia” enquadrada no âmbito da Rede Terras de Sol, surge pela necessidade de se melhorarem estruturas existentes de importância patrimonial e histórica, no levantamento feito pelo Município de Reguengos de Monsaraz, um dos parceiros da Rede Terras de Sol, de forma a potencializar os recursos turísticos existentes neste concelho, deste levantamento surgiram assim várias intervenções na Vila Medieval de Monsaraz.

As componentes inseridas na candidatura são designadamente:

- a) Casa da inquisição - Trabalhos de Beneficiação da Envolvente; e
- b) Requalificação da Envolvente, Segurança - Monsaraz.

Terras de Sol - Rede Cultural Terras de Sol

Classificado como: Operações conjuntas - são operações que integram vários parceiros entre os quais o Município de Reguengos.

49

A Rede Cultural Terras de Sol é uma iniciativa cujo objetivo se pauta pela aposta em intervenções integradas de valorização e animação do património cultural (monumentos e edificado histórico), com o intuito de criar uma rede alargada de promoção turística, ambiental, económica e social, fundada na revitalização do património histórico e cultural associado às cidades e aglomerados urbanos nela envolvidos, com recurso às TIC.

O Município de Reguengos de Monsaraz é responsável pelas seguintes ações:

- Projetor Digital 3D;
- Vídeo Promocional do Concelho de Reguengos de Monsaraz.

TEIAS – Rede Cultural do Alentejo

Classificado como: Operações conjuntas - são operações que integram vários parceiros entre os quais o Município de Reguengos.

O projeto Teias - Rede Cultural do Alentejo apresentado ao INALENTEJO pela Câmara de Évora enquanto beneficiário responsável da candidatura.

O projeto é composto por 4 componentes:

- a) Ações Educativas;
- b) Itinerância de Espetáculos;
- c) Aquisição de Bilheteiras eletrónicas; e
- d) Comunicação e divulgação.

O programa de ação será desenvolvido durante os anos de 2011 e 2012 pelos diferentes parceiros envolvidos na candidatura, nomeadamente Alandroal, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas, Viana do Alentejo, Vila Viçosa e Palmela.

Preservação do Património Histórico e Cultural – Casa do Cante

Classificado como: Operação aprovada pelo PRODER

A operação Preservação do Património histórico e cultural apresentou-se à Ação 3.2.1 - Conservação e Valorização do Património Rural inserida na Medida 3.2 - Melhoria da Qualidade de Vida no Subprograma 3 - Dinamização das Zonas Rurais do PRODER, no quadro do Aviso nº4011 ao regulamento de aplicação da Ação 3.2.1.

Esta candidatura designada por “**Preservação do Património Histórico e Cultural**” tem como objetivo criar condições de atratividade que se constituam como verdadeiros fatores de revitalização dos aglomerados urbanos pertencentes a este Município para o acolhimento de atividades culturais, dinamizando este território.

A preservação do património histórico e cultural incidirá sobre o património histórico e cultural designadamente na Requalificação da Escola Primária de Telheiro (traça tradicional) para adaptação à Casa do Cante.

ESPÍRITO DESPORTIVO

Incentivo das Práticas Desportivas

Atividades desportivas organizadas pelo Município e em conjunto com outras entidades

A Câmara Municipal reconhece de forma inequívoca o relevante papel do associativismo desportivo, razão pela qual criou um programa de apoio ao desenvolvimento do desporto em Reguengos de Monsaraz.

Assim, ao adotar um conjunto de medidas legítimas e adequadas ao fomento da prática das modalidades desportivas está apostada em efetuar um trabalho com transparência, rigor e seriedade, fatores necessários para conferir aos agentes desportivos melhores condições e mais apoio, ao mesmo tempo que lhes delega um maior grau de responsabilidade.

Este conjunto de ferramentas é resultado da análise da realidade desportiva do concelho. Na prática, este Programa de Apoio é um instrumento que operacionaliza a política desportiva adotada.

É pois seu objetivo promover o desenvolvimento desportivo assente na racionalização dos recursos do município, com normas claras de acesso e de obtenção de apoios de acordo com princípios de clareza e imparcialidade.

O programa municipal valoriza a formação desportiva e o número de atletas envolvidos, a realização de eventos e a criação e melhoria das infraestruturas.

Estão abrangidas pelo Programa de Apoio ao Associativismo todas as entidades que desenvolvam atividades ou iniciativas visando a promoção da atividade física e do desporto, nomeadamente: clubes desportivos, coletividades culturais e recreativas, associações e federações desportivas.

As participações são atribuídas de acordo com princípios específicos e claramente definidos em regulamento próprio para que, com transparência, rigor e equidade, se apoiem as associações na prossecução dos seus objetivos.

Deste modo procurou-se a melhor proposta de orçamento para execução de algumas atividades do Município e apoios para a realização de outras atividades através do

associativismo, focando apoios logísticos, prémios e condecorações, e bens alimentares para a prática desportiva.

Desporto XXI - Fase I

Classificado como: Projeto que pode ser objeto de candidatura

Com esta operação pretende-se criar um conjunto de infraestruturas desportivas ao ar livre que respondam às necessidades da população.

Na Fase I do Parque Desportivo - Desporto XXI - serão integrados os seguintes espaços:

- a) circuito de manutenção,
- b) zona radical;
- c) zona de jogos tradicionais;
- d) zona infanto-juvenil; e
- e) zona de estacionamento.

52

Biografia da Paisagem

Classificado como: Projeto que pode ser objeto de candidatura

O projeto Biografia da Paisagem consiste numa rede de percursos pedestres à escala do concelho de Reguengos de Monsaraz permite dotar todo este território de um instrumento eficaz na oferta do património cultural, nomeadamente no que se refere ao património paisagístico, histórico e arquitetónico, megalítico, religioso e social.

Este projeto visa valorizar e promover este território que, por excelência é rural e, paralelamente fomentar um turismo sustentado assente nos costumes e tradições dos locais que devem ser integrados desta forma na dinâmica do território.

Ciclovía da Cidade de Reguengos

Classificado como: Projeto que pode ser objeto de candidatura

Propõe-se um traçado que se realizará em passeio ou na berma recorrendo a troços de pista bidirecional e unidirecional, consoante a sua localização e as pré-existências. Esta

opção de constituir um percurso ciclável, em canal próprio fora da faixa de rodagem, consubstancia-se, à luz do Código da Estrada, numa segregação de usos, obrigando todos os ciclistas ao uso da pista ciclável, quando em circulação pelas vias que constituem o percurso. Numa parte do traçado definido, não existem passeios e no restante, os passeios não comportam, na sua maioria, fluxos pedonais e cicláveis em simultâneo e em canais separados, pelo que a opção mais correta será a de utilizar a pista para realizar ambos os fluxos, empregando para o efeito sinalização de trânsito que permita o uso em segurança do espaço, pelos diferentes fluxos.

Ecopista de Reguengos de Monsaraz

Classificado como: Projeto que pode ser objeto de candidatura

Numa primeira fase o projeto aplica-se à extensão da antiga linha de caminho-de-ferro, no percurso Reguengos de Monsaraz - Caridade. Trata-se de uma infraestrutura canal que permite a interface Cidade-Campo e a ligação de Reguengos de Monsaraz à aldeia da Caridade, com uma relação de proximidade e usufruto da paisagem envolvente, quer de forma pedonal, quer de bicicleta. Refira-se que este projeto foi já protocolado com a REFER.

53

Pavilhão Gimnodesportivo

O desporto tem um papel determinante como meio de promoção e de qualificação das sociedades modernas, por via da sua essencial contribuição para os fatores de desenvolvimento das condições de saúde e bem-estar dos indivíduos.

À importância social deste fenómeno acresce a diversificação e incremento dos modos e níveis de prática, fatores que têm contribuído para a transformação dos padrões de serviços oferecidos pelos espaços desportivos.

As instalações desportivas assumem-se como elementos fundamentais para a democratização do acesso à prática da atividade física e desportiva, constituindo a base essencial para o desenvolvimento desportivo. Neste contexto, o Município de Reguengos de Monsaraz procura dotar o concelho com um conjunto de instalações desportivas, visando corresponder à crescente evolução das exigências e necessidades do movimento associativo desportivo e da população em geral, nas quais, o pavilhão gimnodesportivo pelas suas

características técnicas, assume particular importância como estrutura vocacionada para a promoção, dinamização e desenvolvimento da atividade física e desportiva no concelho.

Deste modo procurou-se a melhor proposta de orçamento para a instalação para os próximos anos, focando aspetos fundamentais de conservação das instalações e de manutenção das mesmas.

Salientar que estas instalações têm tido um aumento significativo de utentes, visto que os alunos da Escola Secundária estão a utilizar estas instalações para a prática da Educação Física, até conclusão da obra que decorre na escola.

Campos de Ténis, Polidesportivo e Circuito de Manutenção

O desporto tem um papel determinante como meio de promoção e de qualificação das sociedades modernas, por via da sua essencial contribuição para os fatores de desenvolvimento das condições de saúde e bem-estar dos indivíduos.

À importância social deste fenómeno acresce a diversificação e incremento dos modos e níveis de prática, fatores que têm contribuído para a transformação dos padrões de serviços oferecidos pelos espaços desportivos.

As instalações desportivas assumem-se como elementos fundamentais para a democratização do acesso à prática da atividade física e desportiva, constituindo a base essencial para o desenvolvimento desportivo. Neste contexto, o Município de Reguengos de Monsaraz procura dotar o concelho com um conjunto de instalações desportivas, visando corresponder à crescente evolução das exigências e necessidades do movimento associativo desportivo e da população em geral, nas quais, os Campos de Ténis, Polidesportivo e Circuito de Manutenção pelas suas características técnicas, assume particular importância como estrutura vocacionada para a promoção, dinamização e desenvolvimento da atividade física e desportiva no concelho.

Deste modo procurou-se a melhor proposta de orçamento para as instalações para os próximos anos, focando aspetos fundamentais de conservação das instalações e de manutenção das mesmas.

2.1.3. Eixo 3 Desenvolvimento Económico Sustentável

Assumimos, em matéria de desenvolvimento económico, a captação de novos investimentos públicos e privados como uma mais-valia fundamental para a efetiva criação de oportunidades de emprego no nosso Concelho. Continuamos a tudo fazer para concretizar as ações adequadas nesta matéria.

A aposta na fileira do Turismo Cultural e Paisagístico em ambiente rural continuará através de uma forte promoção do nosso Concelho, dos seus valores culturais e etnográficos, pois são esses valores que nos distinguem do “resto do mundo” e que nos permitem continuar a desenvolver este destino turístico de elevada qualidade.

55

DINAMIZAR **Dinamização da Atividade Económica**

Terras de Sol - Requalificação do Mercado Municipal de Reguengos de Monsaraz

Classificado como: Operações aprovadas pelo INALENTEJO

A operação surge, quer pela necessidade de se melhorarem estruturas existentes de importância socioeconómica, de forma a potencializar os recursos económicos existentes, quer pela necessidade de se modernizar um espaço cada vez mais procurado pela população e visitantes - o Mercado Municipal; que devido aos muitos anos de existência

exige maior dignidade e segurança para os seus utilizadores sejam eles empresários ou clientes.

A candidatura contempla as seguintes componentes:

- Projeto técnico;
- Requalificação do Mercado Municipal de Reguengos de Monsaraz;
- Fiscalização;
- Requalificação do Mercado Municipal de Reguengos de Monsaraz - beneficiação do bloco de lojas.

Terras de Sol – Plano de Comunicação e Marketing – Transversal

Classificado como: Operações conjuntas - são operações que integram vários parceiros entre os quais o Município de Reguengos.

A Operação “Plano de Comunicação e Marketing” enquadra-se no Programa Estratégico da Rede Terras de Sol e tem por missão assegurar a visibilidade e notoriedade das operações constantes do Programa Estratégico, bem como das suas componentes, promotores e parceiros da Rede Terras de Sol na consecução do Programa Estratégico e da concretização das metas e objetivos a que a parceria se propôs.

56

Tratando-se de uma operação transversal no âmbito da Rede Terras de Sol, o líder é a Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz tem a responsabilidade de acompanhar todas as fases do ciclo de vida deste processo.

Rede Terras de Sol - Gestão e Governação

Classificado como: Operações conjuntas - são operações que integram vários parceiros entre os quais o Município de Reguengos.

A operação “Gestão e Governação” enquadra-se no Programa Estratégico da Rede Terras de Sol e tem por missão potenciar as relações de cooperação e a interligação entre promotores e parceiros da Rede Terras de Sol na consecução do Programa Estratégico e na concretização das metas e objetivos a que a parceria se propôs. Destina-se portanto a potenciar sinergias, a maximizar resultados e a coordenar de forma articulada as ações

previstas no Programa Estratégico da Rede Terras de Sol, permitindo igualmente o estabelecimento de uma ponte de ligação entre as seis cidades e aglomerados urbanos e entre estes e o mercado externo. Enquadra-se aqui, de igual modo, a preparação, organização, desenvolvimento e animação das ações conjuntas da rede, assim como as atividades gerais de comunicação interna entre os diferentes interlocutores.

Tratando-se de uma operação transversal no âmbito da Rede Terras de Sol, o líder é a Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz tem a responsabilidade de acompanhar todas as fases do ciclo de vida deste processo.

Expansão da Zona Industrial de Reguengos de Monsaraz

Classificado como: Projeto que pode ser objeto de candidatura

Com os novos investimentos e toda a dinâmica territorial que o concelho de Reguengos de Monsaraz tem vindo a assistir, revelou-se imperiosa a ampliação significativa da zona industrial. Com efeito, a Zona Industrial agora existente, encontra-se lotada, sendo constante a procura de novas soluções, por parte dos empresários e da autarquia, uma questão premente e diária. Assim, com a Revisão do Plano de Urbanização da Cidade, optou-se por uma expansão da zona industrial de cerca de 5 ha, nos quais se pretendem criar e infraestruturar aproximadamente 100 lotes, com regras claras de uso e ocupação do solo.

57

Apoio ao Desenvolvimento – APD

O Município de Reguengos de Monsaraz, pretende continuar a acompanhar o tecido empresarial do concelho através da subunidade orgânica Apoio ao Desenvolvimento. Este gabinete existe na estrutura orgânica dos serviços da Câmara Municipal, desde 02 de Agosto de 1999. É um gabinete de assessoria técnica e apoio direto aos órgãos municipais e ao Presidente da Câmara Municipal, e depende direta e funcionalmente do Vereador com competências delegadas, na área do Planeamento, Desenvolvimento Económico e Promoção do Concelho.

O APD é um instrumento de apoio aos empresários e atividades económicas, cuja principal missão é promover o desenvolvimento socioeconómico do concelho, numa perspetiva de desenvolvimento global e sustentável.

No geral, a principal atribuição do APD é a mediação nas relações do Município com os empresários locais e potenciais empresários locais. No âmbito de outras competências especiais que lhe estão atribuídas, o APD já promoveu várias iniciativas, designadamente:

- a) o levantamento do tecido empresarial do Concelho de Reguengos de Monsaraz e criação de uma base de dados com as respetivas empresas existentes, a qual continua em constante atualização; e
- b) a promoção de colóquios e seminários direcionados especificamente para os empresários em que os temas abordados incidem nos Sistemas de Apoios e Incentivos às Empresas, quer a nível nacional quer a nível local.

O Concelho de Reguengos de Monsaraz, dada a sua localização privilegiada junto ao Grande Lago de Alqueva, tornou-se muito apelativo para os investimentos turísticos e para os turistas. Nesta senda, o Município de Reguengos de Monsaraz tem desenvolvido esforços no sentido da promoção do desenvolvimento económico-social do concelho, nomeadamente, num sector de elevado potencial, como é o do turismo.

O investimento na área do turismo é fundamental no nosso concelho para criação de novos postos de trabalho, para a aceleração da economia concelhia, para atrair população e potenciar novos investimentos. Por todos estes motivos e em ordem a outros, o turismo continua a ser uma dos objetivos primaciais da Autarquia.

O Concelho de Reguengos de Monsaraz pretende, através do Apoio ao Desenvolvimento, pretende não só apoiar futuros empreendedores mas também aqueles que já estão cá instalados, principalmente as micro e pequenas empresas que estão sedeadas no concelho e que representam a maioria do tecido empresarial, através de ações concretas de formação/informação e disponibilização de vários documentos, estudos ou contactos, de forma a tornar Reguengos de Monsaraz um Concelho de oportunidades e de desenvolvimento sustentável em termos económicos, sociais e culturais.

FAME

Encontra-se implementado o FAME (Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), que resultou de uma parceria entre o Município de Reguengos de Monsaraz e outras instituições, nomeadamente, BES - Banco Espírito Santo, S.A., LISGARANTE - Sociedade de Garantia Mútua, S.A., ADRAL - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A. e IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento.

O FAME é um instrumento financeiro inovador que consiste num fundo de apoio disponibilizado a empresários e empreendedores, com o objetivo de promover o investimento produtivo nas Micro e Pequenas Empresas. Este fundo é um instrumento importante no desenvolvimento da economia local, proporcionando pequenos investimentos, com primazia para projetos que apresentem características inovadoras no Concelho ou Região.

COLÓQUIOS, SEMINÁRIOS, SESSÕES DE DIVULGAÇÃO

Estas iniciativas, de teor essencialmente prático, têm por objetivo formar e informar o tecido empresarial relativamente às ferramentas e sistemas de incentivos de apoio aos empresários.

EXPOREG 2013

A Exporeg - Exposição de Atividades Económicas de Reguengos de Monsaraz, que em 2013 contará com a 21.ª edição, é uma exposição multisectorial, abrangendo vários sectores de atividade, designadamente, o comércio, a indústria, a agricultura, o lazer e os serviços. Esta exposição tem como principais objetivos a promoção e divulgação das atividades económicas do Concelho e da Região, dar a conhecer os participantes na exposição bem como as suas atividades, criar oportunidades de negócio e contribuir para o desenvolvimento económico do sector empresarial.

59

TURISMO

Exploração do Potencial Turístico

ADLA – Ações para o Desenvolvimento das Terras do Grande Lago de Alqueva

Classificado como: Operação aprovadas pelo POCTEP - ação financiada pelo Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha - Portugal.

A entidade líder do projeto é a Associação Transfronteiriça dos Municípios das Terras do Grande Lago e os objetivos deste projeto são designadamente:

- a) Valorização e conservação de recursos culturais, recreativos, ambientais e paisagísticos; e
- b) Promoção e divulgação turística.

As atividades que integram o projeto enquadram-se na estratégia de desenvolvimento para a área de intervenção “Terras do Grande Lago de Alqueva” tendo como finalidade promover as ações de valorização de recursos e melhoria de condições que visam a preservação da estrutura económica, social, ambiental e cultural deste território abrangente, reforçando e solidificando estes espaços transfronteiriços.

PEGLA – Projeto Estruturante para o Desenvolvimento das Terras do Grande Lago de Alqueva

Classificado como: Operação aprovadas pelo POCTEP - ação financiada pelo Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha - Portugal.

As ações incluídas neste projeto aprovado pelo POCTEP através da Associação Transfronteiriça de Municípios da Terras do Grande lago de Alqueva são designadamente:

- a) Monsaraz Museu Aberto 2010; e
- b) Guias de Promoção Turística e Sinalização do Centro Náutico.

Estas ações estavam previstas concluir-se física e financeiramente até 30/09/2012, contudo o prazo foi prorrogado até 31/03/2013.

Recuperação de Imóveis em Monsaraz - Posto de Turismo

Classificado como: Projeto que pode ser objeto de candidatura

Requalificação de dois espaços de apoio à dinamização turística do Concelho, localizados na Freguesia de Monsaraz, com equipamentos multimédia para utilização pelos visitantes e população do Concelho.

ACESSIBILIDADES

Consolidação das Vias de Comunicação

C.M. 1124 – Beneficiação e Alargamento entre S. Pedro do Corval e Santo António do Baldio

Classificado como: Operações contratualizadas com a CIMAC

Esta obra contribuiu para a melhoria das ligações municipais, uma vez que algumas delas se encontravam deterioradas, permitindo melhorias significativas na circulação de pessoas e de veículos a um dos aglomerados - Santo António Baldio à sua sede de freguesia - S. Pedro do Corval, considerado o maior centro oleiro do país.

Este Caminho Municipal intervencionado faz igualmente a ligação à medieval Vila de Monsaraz (Património Nacional) bem como à sua freguesia através do Caminho Municipal existente Santo António do Baldio - Motrinos, permitindo deste modo o acesso à povoação de Motrinos, Barrada, Outeiro, Telheiro/Ferragudo e Monsaraz e ainda ao Concelho vizinho de Alandroal à freguesia de Santiago Maior abrangendo todos os seus aglomerados.

61

ER 255 – Ligação Catapral / Acesso Herdade do Roncão

Classificado como: Projeto que pode ser objeto de candidatura

A operação contempla obra de requalificação estrutural e obra nova, integrando 3 troços:

- a) Troço 1 - Nó de São Marcos do Campo;
- b) Troço 2 - Antiga EN 255;
- c) Troço 3 - Acesso à Herdade do Roncão.

CM 1124 – 2 – Beneficiação entre a EN 256 e o Carrapatelo

Classificado como: Operações contratualizadas com a CIMAC

A beneficiação deste troço contribui objetivamente para que o Concelho beneficie de uma via com circulação cómoda e segura, possibilitando a circulação rodoviária no interior do Município quer da população quer de mercadorias e ainda de potenciais turistas que

visitem a Albufeira do Alqueva, fator de atratividade para a região, bem como as zonas turísticas atualmente em desenvolvimento no concelho.

CM 1132 – Ligação Campinho EN 256 (CM 1129 Campinho Sudoeste / EN 256 Reguengos Este)

Classificado como: Projeto que pode ser objeto de candidatura

Esta operação envolverá, a povoação pelo lado Sul e Sueste, constituindo-se como um circular exterior, de modo a que o trânsito que vem de S. Marcos do Campo e queira seguir para Nordeste, nomeadamente para Monsaraz, Mourão ou Espanha, não tenha que atravessar a povoação. A via segue, então, para Nordeste, ao longo dum caminho rural recentemente retraçado e melhorado pela EDIA, Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, no âmbito das intervenções inerentes ao restabelecimento dos caminhos rurais interrompidos pelo enchimento da albufeira. Os trabalhos da EDIA passaram pela construção duma ponte sobre um braço da albufeira e pela melhoria e retraçado do caminho rural, com colocação de uma camada de *tout-venant*.

62

Estrada Municipal 523 - Ligação Reguengos/Perolivas

Classificado como: Operações contratualizadas com a CIMAC

A beneficiação deste troço contribuiu para a melhoria das ligações municipais, uma vez que algumas delas se encontravam bastante deterioradas, permitindo melhorias significativas na circulação de pessoas e de veículos à segunda maior zona vitivinícola da Península Ibérica, esta via permite também o acesso à Herdade do ESPORÃO e ao seu Enoturismo.

É a principal via de acesso à Zona Industrial de Reguengos de Monsaraz e a única entrada e saída da povoação de Perolivas, não existindo nenhum caminho alternativo para a população e seus visitantes acederem àquela aldeia. É ainda esta via que dá acesso à ETAR.

Acessibilidade às Aldeias Ribeirinhas do Concelho de Reguengos de Monsaraz

Classificado como: Projeto que pode ser objeto de candidatura

A operação contribuirá para melhoria das acessibilidades numa extensão aproximada de 8,6 km. A intervenção visa beneficiar e alargar as vias existentes uma vez que atualmente se encontram bastante degradadas, juntamente com o facto de não permitir a circulação simultânea de dois veículos em ambos os sentidos e não permitir a fácil circulação de veículos com reboque de transporte, uma vez que falamos de aldeias ribeirinhas.

Caminhos Agrícolas

Classificado como: Projeto que pode ser objeto de candidatura

Os caminhos agrícolas, enquanto artérias importantes na mobilidade rural e agrícola deste Concelho ligando não só aglomerados urbanos entre si como explorações agrícolas de dimensão e dinâmica estabelecem também os acessos à rede viária principal, necessitam de serem intervencionar sofrem uma degradação considerável, situação que se agravou face às intempéries ocorridas em Dezembro de 2009.

Os trabalhos a realizar nos caminhos a intervencionar respeitam a drenagem e repavimentação que lhes garanta uma plataforma transitável.

2.1.4. Eixo 4 Cooperação com as Freguesias e com a Sociedade Civil

Para 2013, teremos igualmente a celebração de um Protocolo de Colaboração e Cooperação entre o Município de Reguengos de Monsaraz e as cinco Freguesias que integram o concelho: Campinho, Campo, Corval, Monsaraz e Reguengos de Monsaraz.

A cooperação com a sociedade civil estender-se-á a um amplo conjunto de entidades, cujas parcerias permitirão otimizar recursos e potenciar os resultados de certas medidas.

64

COFREG

Cooperação com as Freguesias

Cooperação com as Freguesias do Concelho

FREGUESIAS		Campinho		Campo		Corval		Monsaraz		Reguengos de Monsaraz	
DESCRIÇÃO DAS COMPETÊNCIAS											
		Quantidade	Transferência Anual (€)	Quantidade	Transferência Anual (€)	Quantidade	Transferência Anual (€)	Quantidade	Transferência Anual (€)	Quantidade	Transferência Anual (€)
PRÓPRIAS	Gestão, conservação e promoção da limpeza de lavadouros	1	750,00	2	1.500,00	4	3.000,00	5	3.750,00	2	1.500,00
	Gestão, conservação e promoção da limpeza de sanitários	1	850,00	1	850,00	2	1.700,00	5	4.250,00	4	3.400,00
	Gestão e manutenção de parques infantis públicos	2	1.550,00	2	1.550,00	2	1.550,00	3	3.325,00	3	2.325,00
	Gestão, conservação e promoção da limpeza do cemitério	1	7.150,00	1	7.150,00	2	14.300,00	2	14.300,00	1	14.100,00
	Fornecimento de material de limpeza às Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico e Estabelecimentos do Ensino Pré-escolar	7 salas	1.330,00	5 salas	950,00	6 salas	1.140,00	3 salas	570,00	28 salas	5.320,00
DELEGADAS	Gestão e Manutenção de Jardins e outros Espaços Ajardinados, bem como, sebes, floreiras, e árvores situadas na via pública, incluindo o controlo de regas e afins.		5.000,00		5.100,00		8.800,00		-		5.200,00
	Recolha de resíduos sólidos e manutenção das papelarias de Monsaraz		-		-		-		12.900,00		-
	Conservação e pequenas reparações de Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico e Estabelecimentos do Ensino Pré-Escolar	7 salas	6.300,00	5 salas	4.500,00	6 salas	5.400,00	3 salas	2.700,00	28 salas	25.200,00
	Gestão do Espaço Internet da Freguesia	1 Espaço Internet	4.800,00	1 Espaço Internet	4.800,00	1 Espaço Internet	4.800,00	1 Espaço Internet	4.800,00		-
	Transportes Escolares		16.000,00		16.000,00		16.000,00		16.000,00		16.000,00
	Polidesportivo descoberto, campos de ténis e mini campo desportivo									3	82.404,00
	Transferência Anual Total		43.730,00		42.400,00		56.690,00		61.595,00		155.449,00
											359.864,00

PROCIVIL

Segurança e Proteção Civil

Plano de Emergência Municipal do Concelho de Reguengos de Monsaraz

Classificado como: Operações contratualizadas com a CIMAC

A operação traduz-se na elaboração de um documento estruturante de planeamento concelhio que defina a arquitetura hierárquica e funcional dos vários agentes de proteção civil que atuam em situação de emergência, na identificação de elementos críticos, na inventariação de meios e recursos a empenhar, entre outros, elaborado de forma personalizada, tendo em atenção as especificidades do território.

Este documento possibilita a unidade de direção e controlo na coordenação das operações e na gestão dos meios e recursos mobilizados, face a um acidente ou catástrofe, com a finalidade de minimizar os prejuízos e as perdas de vidas.

2.1.5. Eixo 5 Modernização Municipal

Modernização dos serviços municipais e rigor na gestão dos recursos, bem como, promover a aproximação aos cidadãos, são desígnios que pretendemos sempre manter e desenvolver.

MSM Modernização dos Serviços Municipais

67

eGOVAC 2010 – Modernização Administrativa

Classificado como: Operações conjuntas - são operações que integram vários parceiros entre os quais o Município de Reguengos.

Este projeto visa a melhoria contínua nos processos de modernização administrativa dos Municípios pertencentes ao Alentejo Central.

As atividades inseridas neste projeto apresentado pela CIMAC ao INALENTEJO são designadamente:

- a) Portais EDD 2011-11-03;
- b) Plataforma *Backups*;
- c) Plataforma Data Centre de Suporte Transversal aos Serviços On-line; e
- d) Plataforma Comunicações Unificadas - Integração de Plataformas e *Fax Server*.

Sendo o beneficiário a CIMAC, o Município é responsável pelas transferências correntes e de capital da correspondente verba relativa à contrapartida nacional.

EFICIÊNCIA

Rigor na Gestão dos Recursos Municipais

Recursos Humanos

Os recursos humanos são um fator fundamental para o sucesso de qualquer organização, em especial, no que respeita à prossecução das suas atribuições. Importa, assim, que as organizações se empenhem em proporcionar “bons ambientes de trabalho” aos seus colaboradores.

As soluções consagradas na proposta de Orçamento de Estado para o ano de 2013 e que, com um grande grau de certeza, não sofrerão grandes mutações na versão final do documento, trarão, à semelhança do corrente ano, mais um ciclo de forte contenção e de procura incessante no corte da despesa pública, com grandes repercussões no domínio dos recursos humanos. Trazemos aqui à colação as principais medidas com impacto ao nível da função pública acolhidas na proposta de OE 2013, a saber:

- a) Redução de salários - continuação dos cortes salariais em vencimentos brutos superiores a 1.500 € (cortes entre 3, 5% e 10%);
- b) Corte do subsídio de férias - corte na íntegra do subsídio de férias para trabalhadores com vencimento bruto superior a 1.100 € e corte progressivo para trabalhadores cujo vencimento se situe entre os 600 € e os 1.100€;
- c) Reposição do pagamento do subsídio de Natal - o qual será pago em duodécimos;
- d) Redução do número de trabalhadores - obrigatoriedade de redução em 2 % o número total de trabalhadores existentes em 31/12/2012;
- e) Redução do número de contratados a termo - redução em 50% o número de contratos a termo existentes em 31/12/2012 e consagração da regra da proibição de renovações dos contratos em execução;
- f) Redução do valor de pagamento do trabalho extraordinário - redução de 50% do valor do trabalho extraordinário;
- g) Aumento da idade da reforma - a idade exigida para a reforma passa de 63 anos e 6 meses para 65 anos;
- h) Aumento das taxas contributivas a cargo da entidade empregadora para a Segurança Social (+ 1, 4 %) e para a Caixa Geral de Aposentações (+ 5%);

- i) Novas regras para baixas de doença - passam a ser pagas apenas ao 4º dia de ausência e sofrem uma redução de 10% (sem possibilidade de reembolso);
- j) Continuação da proibição das valorizações remuneratórias e da atribuição de prémios de desempenho e alterações do posicionamento remuneratório;
- k) Manutenção da regra da proibição de abertura de procedimentos concursais destinados a pessoal sem vínculo por tempo indeterminado à função pública.

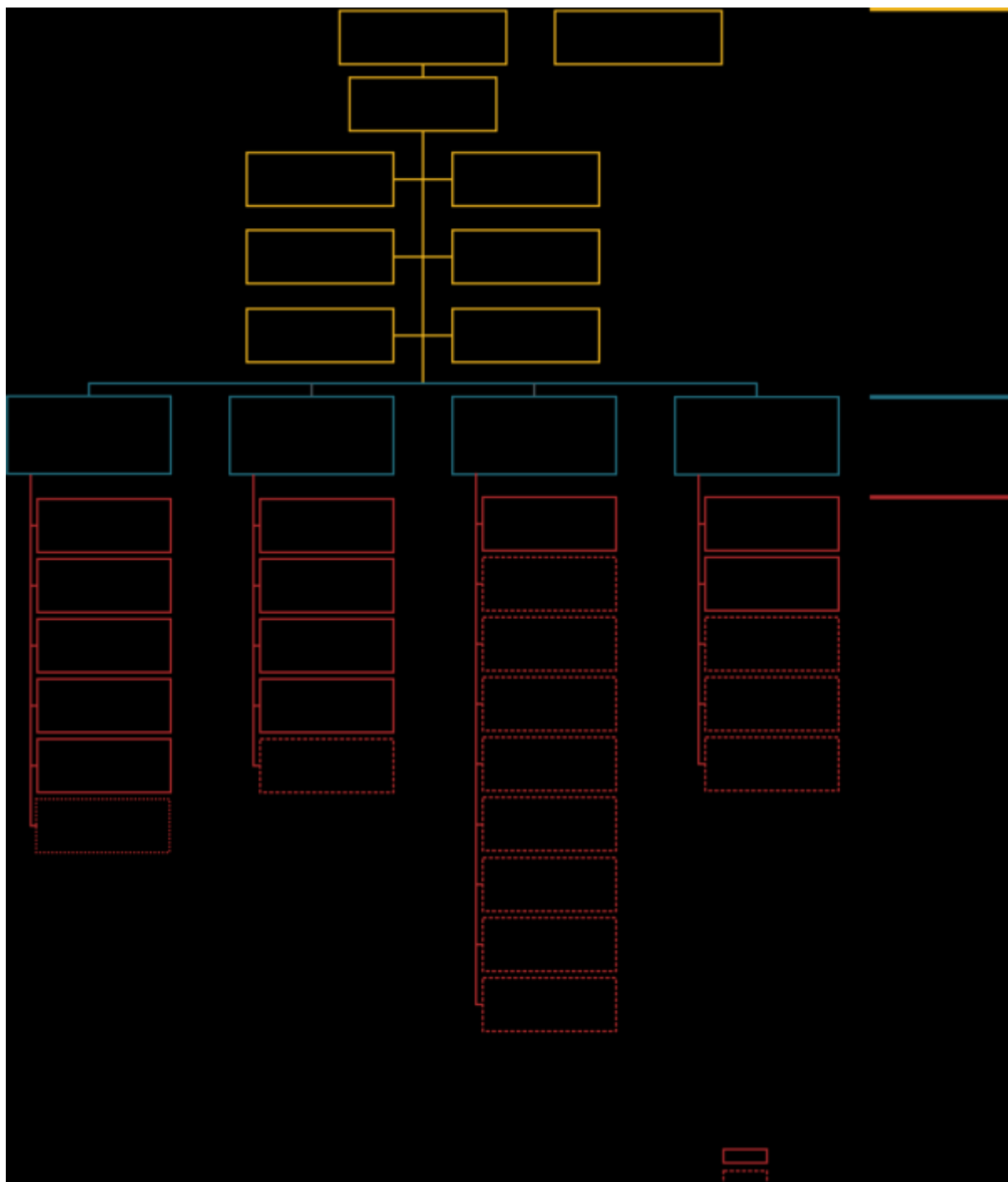
Face ao exposto, é manifesto que o ano de 2013 será um ano de fortes restrições para as entidades públicas e para os seus trabalhadores, pelo que o Município de Reguengos de Monsaraz estará empenhado em minimizar os impactos que estas medidas restritivas poderão ter no desempenho e na motivação dos seus colaboradores. Procuraremos manter um serviço de segurança, higiene e medicina no trabalho de eleição e proporcionar aos colaboradores melhores condições trabalho, continuaremos a apostar na formação profissional e no desenvolvimento das competências dos nossos colaboradores, estaremos fortemente empenhados na aplicação efetiva do Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP).

O ano de 2013 ficará ainda marcado pela adequação da estrutura orgânica do Município às exigências da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.

69

Apesar de todas as vicissitudes e medidas restritivas da autonomia do Poder Local, avançamos para o ano de 2013 com uma proposta de mapa de pessoal equilibrada e adequada às necessidades do Município. Avançamos com estabilidade das relações jurídicas de emprego dos nossos recursos humanos, graças ao forte trabalho desenvolvido nos últimos três anos, o que nos permite encarar o futuro com confiança.

Estrutura Orgânica do Município de Reguengos de Monsaraz



Quadro Resumo do Mapa de Pessoal proposto para 2013

Carreira/Categoria	RCTFPTI			RCTFPTD			total
	ocupados	vagos	total	ocupados	vagos	total	RCTFPTI + RCTFPTD
Cargo de Direção Intermédia de 2º Grau - Chefe de Divisão	2	0	2	0	0	0	2
Cargo de Direção Intermédia de 3º Grau	0	2	2	0	0	0	2
Cargo equiparado a dirigente	0	1	1	0	0	0	1
Técnico Superior	28	12	40	4	1	5	45
Informática	2	0	2	0	0	0	2
Fiscal Municipal	1	3	4	0	0	0	4
Assistente Técnico/Coordenador Técnico	6	6	12	0	0	0	12
Assistente Técnico	47	9	56	0	0	0	56
Assistente Operacional (Encarregado Geral Operacional)	0	1	1	0	0	0	1
Assistente Operacional (Encarregado Operacional)	3	2	5	0	0	0	5
Assistente Operacional	148	66	214	3	0	3	217
Pessoal Docente	0	0	0	13	11	24	24
Outras Situações (cargos de nomeação política)*	4 (2)*	1*	5*	-	-	-	5*
TOTAIS	241	103	344	20	12	32	376

2.2.

Projetos, ponto de situação: administrativo e de candidatura

72

Os projetos descritos ao longo da memória descritiva da proposta de Orçamento para 2013, encontram-se classificados em:

1. Operações contratualizadas com a CIMAC;
2. Operações apresentadas e/ou aprovadas pelo INALENTEJO;
3. Operações conjuntas;
4. Operações aprovadas pelo POCTEP - ação financiada pelo Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha - Portugal;
5. Operações aprovadas pelo PRODER;

6. Cooperação Técnica e Financeira - Acordo de Colaboração com a DGAL encontra-se ainda a decorrer o projeto financiado através do PIDDAC;
7. Projetos que podem ser objeto de candidatura;
8. Operações concluídas ou a concluir física e financeiramente.

De seguida apresentamos o quadro resumo dos projetos, onde podemos observar em que fase do procedimento administrativo se encontram e qual a situação dos mesmos em termos de candidatura a financiamentos.

Aviso	Designação do Projeto	Procedimento Administrativo	Candidatura a Financiamento
2/MTR/AC	Acessibilidades das Aldeias Ribeirinhas do Concelho de Reguengos de Monsaraz	Em adjudicação	Em audiência prévia: Aguarda resposta do Secretariado técnico
3/REB	Ampliação e Beneficiação do Centro Escolar EB1/J.I. de Reguengos de Monsaraz	Obra concluída	Candidatura Aprovada e com Contrato Celebrado
2/PRU	Beneficiações e Arranjos no Jardim Público de Reguengos de Monsaraz	Obra concluída	Candidatura Aprovada e com Contrato Celebrado
2/EC/AC	Biblioteca Municipal de Reguengos de Monsaraz	Em execução	Candidatura Aprovada e com Contrato Celebrado
1/MTR/AC	Caminho Municipal 1124 - Beneficiação e Alargamento entre S. Pedro do Corval e St. António do Baldio	Obra concluída	Candidatura Aprovada e com Contrato Celebrado
1/MTR/AC	Caminho Municipal 1124-2 - Beneficiação entre a EN 255 e o Carrapatelo	Obra concluída	Candidatura Aprovada e com Contrato Celebrado
2/MTU/AC	Ciclovía da Cidade de Reguengos de Monsaraz	Concurso Público - Anulado	Desistência de Candidatura
2/MTR/AC	CM1132 - Ligação Campinho EN256 (CM1129 (Campinho Sudoeste)/EN256 (Reguengos Este)	Concurso Público - Anulado	Em audiência prévia: Aguarda resposta do Secretariado técnico
2/ECL/AC	Desporto XXI - Fase I	Em fase de Audiência Prévia	Em audiência prévia: Aguarda resposta do Secretariado técnico
ALENT-30-2010-74	Elaboração do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Reguengos de Monsaraz	A decorrer	Candidatura Aprovada e com Contrato Celebrado
2/MTR/AC	ER255 - Ligação Catapral/Acesso Herdade do Roncão	Em adjudicação	Em audiência prévia: Aguarda resposta do Secretariado técnico
1/MTR/AC	Estrada Municipal 523 - Ligação Reguengos/Perolivas	Obra concluída	Candidatura Aprovada e com Contrato Celebrado
ALENT-04-2010-49	Extensões de Saúde do Concelho de Reguengos de Monsaraz	Em execução	Candidatura Aprovada e com Contrato Celebrado
1/CUA/AC	Modernização da Rede de Abastecimento / Saneamento em Baixa do Concelho de Reguengos de Monsaraz	Obra concluída	Candidatura Aprovada e com Contrato Celebrado
ALENT-02-2010-61	Plano de Comunicação e Marketing da Rede Terras de Sol	A decorrer	Candidatura Aprovada e com Contrato Celebrado
ALENT-02-2010-61	Recuperação de Imóveis em Monsaraz - Torre do Relógio - Rede Terras de Sol	Obra concluída	Candidatura Aprovada e com Contrato Celebrado
ALENT-02-2010-61	Requalificação do Mercado Municipal de Reguengos de Monsaraz	Em execução	Candidatura Aprovada e com Contrato Celebrado
2/MTR/AC	Rotunda das Areias - Acesso Sul Herdade das Areias - 1ª Fase (Nó da Rotunda)	Obra concluída	Candidatura Aprovada e com Contrato Celebrado

Orçamento 2013 e Grandes Opções do Plano 2013-2016



Aviso	Designação do Projeto	Procedimento Administrativo	Candidatura a Financiamento
ALENT-02-2010-61	Recuperação de Imóveis em Monsaraz – Centro Multimédia – Rede Terras de Sol - Casa da Inquisição – Trabalhos de Beneficiação da Envolvente - Requalificação da Envolvente e Segurança - Monsaraz	Obra concluída	Candidatura Aprovada e com Contrato Celebrado
ALENT-02-2010-61	Festival Terras de Sol - FIOBAR 2011 e Festas de Santo António 2011; - Festas de Santo António 2012	Concluído	Candidatura Aprovada e com Contrato Celebrado
ALENT-02-2010-61	Rede Cultural Terras de Sol - Aquisição de Projetor de Cinema Digital; - Vídeo Promocional do Concelho de Reguengos de Monsaraz	Concluído	Candidatura Aprovada e com Contrato Celebrado
Nº 4 - Energia	Requalificação da Iluminação Pública na Cidade de Reguengos de Monsaraz – Traçados ER255 e da EN256	Obra concluída	Candidatura Aprovada e com Contrato Celebrado
Nº4011	Preservação do Património Histórico e Cultural – Casa do Cante	A iniciar	Candidatura aprovada pelo PRODER
POVT 54/2012/49	Requalificação da rede em baixa em Reguengos de Monsaraz	Em análise de propostas	Candidatura apresentada ao POVT
POVT 54/2012/49	Requalificação da rede em baixa de S. Marcos do Campo	Em análise de propostas	Candidatura apresentada ao POVT

3.

Análise das

Grandes Opções

do Plano 2013-

2016

75

Nas Grandes Opções do Plano 2013-2016 estão descritos os Objectivos, os Programas e os Projetos (nestes detalhamos as respectivas ações e períodos de execução), que implicam a afectação de despesas de investimento e outras de natureza corrente e onde figuram os seguintes elementos:

Código do Plano - organizado por grupos segundo uma ordem crescente de detalhe, correspondendo ao Objectivo, Programa, Projeto (com Ano, Número e Ações).

Designação - descrição sumária dos Objectivos, Programas, Projetos (com Ano, Número e Ações).

Classificação Orçamental - classificação orgânica e económica atribuídas de acordo com o serviço municipal responsável pela execução da despesa, bem como a sua natureza económica, respectivamente.

Forma de Realização - modo de realização da despesa, obedecendo à seguinte codificação:

- A - Administração Direta
- D - Administração Direta/ Empreitada
- E - Empreitadas
- O - Fornecimento e outras

76

Fonte De Financiamento - indicação, em percentagem, dos recursos de origem extrema afetados aos Projetos (com Ano, Número e Ações), utilizando-se os seguintes códigos:

- AA - Administração Autárquica
- AC - Administração Central
- FC - Fundos Comunitários

Responsável - serviço ou órgão municipal responsável pela execução dos Projetos (com Ano, Número e Ações), obedecendo à codificação que se segue.

- CM - Câmara Municipal
- AOP - Administrativa de Obras e Projetos
- GI - Gabinete de Informática
- DIV - Diversos
- RHU - Recursos Humanos

SPM - Serviços de Produção e Manutenção

RUEV - Requalificação Urbana e Espaços Verdes

HAU - Higiene e Ambiente Urbano

AGSB - Água e Saneamento Básico

TMU - Trânsito e Mobilidade Urbana

OPT - Ordenamento e Planeamento do Território

GAD - Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento

ASC - Ação Social

EPE - Educação e Parque Escolar

DEJU - Desporto e Juventude

CUL - Cultura

TUR - Turismo

Datas de início e fim - período de tempo previsto para a realização dos Projetos (com Ano, Número e Ações).

77

0 - Não iniciada

1 - Com projeto técnico

2 - Adjudicada

3 - Execução física até 50%

4 - Execução física superior a 50%.

Dotação do ano

Total - valor total da despesa prevista para o Projeto (com Ano, Número de Atividade e/ou ação) na classificação orçamental indicada.

Financiamento definido - dotação já prevista no Orçamento podendo ser utilizada desde o início do ano financeiro.

Financiamento não definido - componente cujo financiamento ainda não se encontra assegurado.

De acordo com os princípios orçamentais e regras previsionais para a Administração Local definidos pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) apresentam-se dois dos instrumentos fundamentais da gestão autárquica, que constituem as Grandes Opções do Plano (GOP):

- **Atividades Mais Relevantes (AMR)** - relativo à afectação de recursos financeiros correntes às diversas iniciativas municipais; e
- **Plano Plurianual de Investimentos (PPI)** - relativo aos investimentos que se pretendem levar a cabo no Quadriénio 2013/ 2016.

3.1.

Estrutura das Grandes Opções do Plano (GOP)

79

Políticas Sociais de Proximidade

Solidariedade - Medidas de Apoio Social

Qualidade de Vida e Ambiente

1. *Educar e Formar - Ações dirigidas às crianças e jovens*
2. *Mais Saúde - Promoção da saúde*
3. *CidadeAmbiente - Requalificação urbana e ambiental*
4. *ANossaCultura - Desenvolvimento da identidade cultural*
5. *EspíritoDesportivo - Incentivo das práticas desportivas*

Desenvolvimento Económico Sustentável

1. *Dinamizar - Dinamização da atividade económica*
2. *Turismo - Exploração do potencial turístico*
3. *Acessibilidades - Consolidação das vias de comunicação*

Cooperação com as Freguesias e com a Sociedade Civil

1. *Cofreg - Cooperação com as freguesias*
2. *Procivil - Segurança, proteção e cooperação com a sociedade civil*

Modernização Municipal

1. *MSM - Modernização dos serviços municipais*
2. *Eficiência - Rigor na gestão dos recursos municipais*
3. *Consigo - Aproximação aos cidadãos*

80

Projetos de Anos Anteriores

1. *Projetos de anos anteriores a 2009*

3.2.

Estrutura de

Investimentos e

Atividades Incluídas nos

Objectivos e Programas

81

Políticas Sociais de Proximidade

1. SOLIDARIEDADE - Medidas de Apoio Social

2009/5031 GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL

2010/1101 HABITAÇÃO SOCIAL

- 2010/1102 REGUENGOS SOLIDÁRIO - cartão social do munícipe
- 2010/1103 REDE SOCIAL
- 2010/1104 CPCJ - comissão de proteção de crianças e jovens
- 2010/1105 ESPAÇO CRIANÇA
- 2010/1106 ENCLAVE
- 2010/1107 SÉNIOR
- 2013/1108 PLANO MUNICIPAL PARA A IGUALDADE DE GÉNERO

Qualidade de Vida e Ambiente

1. EDUCAR E FORMAR – Ações dirigidas às crianças e jovens

- 2009/1 CENTRO ESCOLAR DE REGUENGOS DE MONSARAZ
- 2010/2102 MODERNIZAÇÃO DO PARQUE ESCOLAR DO CONCELHO
- 2010/2103 CARTA EDUCATIVA - atualização
- 2010/2104 AÇÃO SOCIAL ESCOLAR
- 2010/2105 ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR
- 2010/2106 COTL - PROGRAMAS DE FÉRIAS ESCOLARES
- 2010/2107 COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA
- 2010/2108 BOLSAS DE ESTUDO PARA ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR
- 2010/2109 SEMANA DA JUVENTUDE
- 2010/2110 DIA DA CRIANÇA
- 2010/2111 RECEPÇÃO ANUAL DE PROFESSORES
- 2010/2112 LUDOTECAS DO CONCELHO
- 2010/2113 UNIVERSIDADE ABERTA - CLA
- 2010/2114 LER - CRESCER E APRENDER

2010/2115 REGIME DE FRUTA ESCOLAR

2. MAIS SAÚDE – Promoção da Saúde

2010/2201 FISIOTERAPIA NO CENTRO DE SAÚDE

2010/2202 EXTENSÕES DE SAÚDE DO CONCELHO

2010/2203 COMISSÃO CONCELHIA DE UTENTES DE SAÚDE - apoio à instalação

2010/2205 USF - UNIDADE DE SAÚDE FAMILIAR

2010/2206 AÇÕES DE PROMOÇÃO DA SAÚDE

3. CIDADEAMBIENTE – Requalificação Urbana e Ambiental

2010/2301 CEMITÉRIOS

2010/2302 SANEAMENTO

2010/2303 ABASTECIMENTO DE ÁGUA

2010/2304 GESTÃO TERRITORIAL

2010/2305 PARQUE DE CAMPISMO

2010/2306 REQUALIFICAÇÃO URBANA E VALORIZAÇÃO AMBIENTAL

2010/2307 ILUMINAÇÃO PÚBLICA

2010/2308 RSU E LIMPEZA URBANA

2010/2309 EDUCAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL

2010/2310 TRÂNSITO - CIRCULAÇÃO E ESTACIONAMENTO

2010/2311 INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS

4. ANOSSACULTURA – Desenvolvimento da Identidade Cultural

2010/2401 ESPAÇOS INTERNET

2010/2402 BIBLIOTECA MUNICIPAL DE REGUENGOS DE MONSARAZ

2010/2403 MUSEALIZAÇÃO DO ESPÓLIO DAS ARTES E OFÍCIOS TRADICIONAIS

2010/2404 EVENTOS E INICIATIVAS CULTURAIS
2010/2406 VIVERE PATRIMÓNIO
2010/2407 TERRAS DE SOL
2010/2408 CARTA ARQUEOLÓGICA DO CONCELHO
2011/ 2410 MEGA: MEGALITISMO ALENTEJANO
2011/ 2411 TEIAS - Rede Cultural do Alentejo (AOP)

5. ESPIRÍTO DESPORTIVO – Incentivo das Práticas Desportivas

2010/2501 INICIATIVAS E ATIVIDADES DESPORTIVAS
2010/2502 INFRAESTRUTURAS DESPORTIVAS DO CONCELHO
2010/2503 INFRAESTRUTURAS DE RECREIO E LAZER

Desenvolvimento Económico Sustentável

84

1. DINAMIZAR – Dinamização da Atividade Económica

2010/3101 TERRAS DE SOL
2010/3102 CENTRO INTERPRETATIVO DA OLARIA DE S. PEDRO DO CORVAL
2010/3104 EXPANSÃO DO PERÍMETRO INDUSTRIAL
2010/3105 PEGLA - ATMTGLA (INTERREG)
2010/3106 EVENTOS E INICIATIVAS: EXPONÁUTICA, FIOBAR, EXPOREG, OUTROS.
2010/3107 FAME - FUNDO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
2010/3108 PERM - PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DO CONCELHO
2011/3110 CENTRO DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO MRM
2011/3111 CENTRO COORDENADOR DE TRANSPORTES

2. TURISMO – Exploração do Potencial Turístico

2010/3201 AÇÕES DE PROMOÇÃO TURÍSTICA: BTL, FIA, OUTRAS.

2012/3202 RECUPERAÇÃO DE IMÓVEIS EM MONSARAZ.

3. ACESSIBILIDADES – Consolidação das Vias de Comunicação

2009/3 PLANO MUNICIPAL DE MODERNIZAÇÃO RODOVIÁRIA

2010/3301 CAMINHOS RURAIS E AGRÍCOLAS

2010/3302 CONSTRUÇÃO DO AERÓDROMO DE CAMPINHO

2010/3303 ACESSIBILIDADES DAS ALDEIAS RIBEIRINHAS

Cooperação com as Freguesias e com a Sociedade Civil

85

1. COFREG – Cooperação com as Freguesias

2010/4101 COOPERAÇÃO COM AS FREGUESIAS DO CONCELHO

2. PROCIVIL – Segurança, Proteção e Cooperação com a Sociedade Civil

2009/23 DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

2010/4201 PROTEÇÃO CIVIL

2010/4202 BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS

2010/4203 COOPERAÇÃO COM A SOCIEDADE CIVIL

2013/4204 RECUPERAÇÃO DE EDIFÍCIO DA ANTIGA ADEGA DA CARTUXA PARA
DESTACAMENTO TERRITORIAL DA GNR

Modernização Municipal

1. MSM - Modernização dos Serviços Municipais

2010/5101 MODERNIZAÇÃO DO EQUIPAMENTO MUNICIPAL

2010/5102 REQUALIFICAÇÃO DE EDIFÍCIOS E INFRAESTRUTURAS MUNICIPAIS

2010/5103 SAMA - SISTEMA DE APOIO À MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

2010/5104 CENTRO LOGÍSTICO MUNICIPAL

2. EFICIÊNCIA - Rigor na Gestão dos Recursos Municipais

2010/5201 CUSTOS COM PESSOAL

2010/5202 GESTÃO DO PARQUE DE MÁQUINAS E VIATURAS

2010/5203 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

2010/5204 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

2010/5205 OPERAÇÕES FINANCEIRAS

86

3. CONSIGO - Aproximação aos Cidadãos

2010/5301 E-MUNÍCIPE

2010/5302 ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

2010/5304 PROMOÇÃO INSTITUCIONAL

3.3.

Análise Económica das GOP

87

As linhas estratégicas de atuação do Município de Reguengos de Monsaraz para o quadriénio 2013/2016, continuam a focar-se essencialmente nos seguintes eixos fundamentais de atuação:

- Medidas Sociais de proximidade e inclusivas;
- Qualidade de Vida, Ambiente e maximização da utilização de energias sustentáveis;
- Inovação, Competitividade e Desenvolvimento Económico Sustentável;
- Cooperação com as Freguesias e Sociedade Civil;
- Modernização Administrativa e Rigor na Gestão dos Recursos Municipais.

A proposta das Grandes Opções do Plano para 2013-2016 que apresentamos a seguir para análise e aprovação dos competentes Órgãos Autárquicos permite-nos analisar economicamente a programação dos grandes investimentos que o Município se propõe

**Orçamento 2013
e Grandes Opções do Plano 2013-2016**



realizar ao longo dos próximos 4 anos de acordo com a classificação funcional definida no Decreto-Lei n.º 54/99 de 22 de Fevereiro e respectivas alterações à mesmo, que estrutura o documento em objectivos e programas.

Orçamento 2013 e Grandes Opções do Plano 2013-2016



Quadro I - GOP - Objetivos e Programas (valores em euros)

GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2013-2016										
Objetivos e Programas	Realizado	2013			Anos Futuros					Total Geral
		Total	Financ. Definido	Financ. Não Definido	2014	2015	2016	Outros	Total	
Objetivo 1 - Políticas Sociais de Proximidade	196.948	359.660	275.640	84.020	742.300	1.782.300	1.282.300	0	3.806.900	4.363.508
1 - Solidariedade - Medidas de Apoio Social	196.948	359.660	275.640	84.020	742.300	1.782.300	1.282.300	0	3.806.900	4.363.508
Objetivo 2 - Qualidade de Vida e Ambiente	6.268.925	7.719.594	7.719.594	0	4.518.427	5.260.757	4.812.060	0	14.591.244	28.579.763
1 - Educar e Formar - Ações dirigidas às crianças e jovens	1.932.401	921.198	921.198	0	366.150	365.650	365.650	0	1.097.450	3.951.049
2 - Mais Saúde - Promoção da saúde	66.160	407.990	407.990	0	16.000	16.000	16.000	0	48.000	522.150
3 - Cidade Ambiente - Requalificação urbana e ambiental	2.707.708	4.536.670	4.536.670	0	3.038.303	3.580.088	3.668.105	0	10.286.496	17.530.874
4 - ANossaCultura - Desenvolvimento da Identidade Cultural	1.393.152	1.589.086	1.589.086	0	292.650	241.000	254.000	0	787.650	3.769.888
5 - EspíritoDesportivo - Incentivo das práticas desportivas	169.504	264.650	264.650	0	805.324	1.058.019	508.305	0	2.371.648	2.805.802
Objetivo 3 - Desenvolvimento Económico Sustentável	1.456.392	3.462.518	2.927.479	535.039	3.137.468	1.943.510	399.000	0	5.479.978	10.398.888
1 - Dinamizar - Dinamização da atividade económica	491.411	1.122.200	1.122.200	0	684.500	949.500	376.000	0	2.010.000	3.623.611
2 - Turismo - Exploração do potencial turístico	75.687	101.560	101.560	0	23.000	23.000	23.000	0	69.000	246.247
3 - Acessibilidades - Consolidação das vias de comunicação	889.294	2.238.758	1.703.719	535.039	2.429.968	971.010	0	0	3.400.978	6.529.030
Objetivo 4 - Cooperação com as Freguesias e com a Sociedade Civil	2.263.229	1.854.917	772.852	1.082.065	2.542.130	564.960	564.960	0	3.672.050	7.790.196
1 - Cofreg - Cooperação com as freguesias	844.863	359.870	359.870	0	277.460	277.460	277.460	0	832.380	2.037.113
2 - Procivil - Segurança, proteção e cooperação com a sociedade	1.418.366	1.495.047	412.982	1.082.065	2.264.670	287.500	287.500	0	2.839.670	5.753.083
Objetivo 5 - Modernização Municipal	23.695.015	11.083.350	11.083.350	0	8.801.100	8.562.100	8.526.100	0	25.889.300	60.667.665
1 - MSM - Modernização dos serviços municipais	500.183	229.800	229.800	0	33.000	130.000	130.000	0	293.000	1.022.983
2 - Eficiência - Rigor na gestão dos recursos municipais	23.088.954	10.751.550	10.751.550	0	8.768.100	8.432.100	8.396.100	0	25.596.300	59.436.804
3 - Consigo - Aproximação aos cidadãos	105.878	102.000	102.000	0	0	0	0	0	0	207.878
Objetivo 6 - Projetos de Anos Anteriores	2.815.606	221.085	221.085	0	0	0	0	0	0	3.036.691
1 - Projetos de anos anteriores a 2009	2.815.606	221.085	221.085	0	0	0	0	0	0	3.036.691
TOTAIS	36.696.115	24.701.124	23.000.000	1.701.124	19.741.425	18.113.627	15.584.420	0	53.439.472	114.836.711

Orçamento 2013 e Grandes Opções do Plano 2013-2016



Nas Grandes Opções do Plano para 2013-2016 o total do investimento é de 115 milhões de euros, dos quais 32% já se encontra realizado.

Em resumo, apresentamos o investimento das Grandes Opções do Plano, tendo em atenção todos os objectivos funcionais:

Quadro II - GOP - Objectivos Funcionais (valores em euros)

GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2013-2016										
Objetivos e Programas	Realizado	2013			Anos Futuros					Total Geral
		Total	Financ. Definido	Financ. Não Definido	2014	2015	2016	Ou-tros	Total	
Objetivo 1 - Políticas Sociais de Proximidade	196.948	359.660	275.640	84.020	742.300	1.782.300	1.282.300	0	3.806.900	4.363.508
Objetivo 2 - Qualidade de Vida e Ambiente	6.268.925	7.719.594	7.719.594	0	4.518.427	5.260.757	4.812.060	0	14.591.244	28.579.763
Objetivo 3 - Desenvolvimento Económico Sustentável	1.456.392	3.462.518	2.927.479	535.039	3.137.468	1.943.510	399.000	0	5.479.978	10.398.888
Objetivo 4 - Cooperação com as Freguesias e com a Sociedade Civil	2.263.229	1.854.917	772.852	1.082.065	2.542.130	564.960	564.960	0	3.672.050	7.790.196
Objetivo 5 - Modernização Municipal	23.695.015	11.083.350	11.083.350	0	8.801.100	8.562.100	8.526.100	0	25.889.300	60.667.665
Objetivo 6 - Projetos de Anos Anteriores	2.815.606	221.085	221.085	0	0	0	0	0	0	3.036.691
TOTAIS	36.696.115	24.701.124	23.000.000	1.701.124	19.741.425	18.113.627	15.584.420	0	53.439.472	114.836.711

Apresentamos o valor do investimento considerando os pesos relativos de cada objetivo.

Quadro III - GOP - Pesos Relativos de cada Objetivo Funcional (%)

GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2013-2016										
Objetivos e Programas	Realiza do	2013			Anos Futuros					Total Geral
		Total	Financ. Definid o	Financ. Não Definid o	2014	2015	2016	Outro s	Total	
Objetivo 1 - Políticas Sociais de Proximidade	1%	1%	1%	5%	4%	10%	8%	0%	7%	4%
Objetivo 2 - Qualidade de Vida e Ambiente	17%	31%	34%	0%	23%	29%	31%	0%	27%	25%
Objetivo 3 - Desenvolvimento Económico Sustentável	4%	14%	13%	31%	16%	11%	3%	0%	10%	9%
Objetivo 4 - Cooperação com as Freguesias e com a Sociedade Civil	6%	8%	3%	64%	13%	3%	4%	0%	7%	7%
Objetivo 5 - Modernização Municipal	65%	45%	48%	0%	45%	47%	55%	0%	48%	53%
Objetivo 6 - Projetos de Anos Anteriores	8%	1%	1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	3%
TOTAIS	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	0%	100%	100%

4. Análise do Orçamento 2013

92

A elaboração do Orçamento para 2013 teve em consideração o ponto 3.1. do POCAL, onde se encontram definidos os **Princípios Orçamentais**, designadamente:

- a) **Princípio da independência**—a elaboração, aprovação e execução do orçamento das autarquias locais é independente do Orçamento do Estado;
- b) **Princípio da anualidade** — os montantes previstos no orçamento são anuais, coincidindo o ano económico com o ano civil;
- c) **Princípio da unidade** — o orçamento das autarquias locais é único;
- d) **Princípio da universalidade**—o orçamento compreende todas as despesas e receitas, inclusive as dos serviços municipalizados, em termos globais, devendo o orçamento destes serviços apresentar-se em anexo;
- e) **Princípio do equilíbrio** — o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes;
- f) **Princípio da especificação** — o orçamento discrimina suficientemente todas as despesas e receitas nele previstas;
- g) **Princípio da não consignação** — o produto de quaisquer receitas não pode ser afecto à cobertura de determinadas despesas, salvo quando essa afectação for permitida por lei;
- h) **Princípio da não compensação** — todas as despesas e receitas são inscritas pela sua importância integral, sem deduções de qualquer natureza.

93

A elaboração do Orçamento para 2013 teve também em consideração o ponto 3.3. do POCAL, onde se encontram definidas as **Regras Previsionais**, designadamente:

- a) As importâncias relativas aos impostos, taxas e tarifas a inscrever no orçamento não podem ser superiores à média aritmética simples das cobranças efectuadas nos últimos 24 meses que precedem o mês da sua elaboração;
- b) As importâncias relativas às transferências correntes e de capital só podem ser consideradas no orçamento em conformidade com a efectiva atribuição pela entidade competente;
- c) Sem prejuízo do disposto na alínea anterior, as importâncias relativas às transferências financeiras, a título de repartição dos recursos públicos do Orçamento do Estado, a considerar no orçamento aprovado, devem ser as constantes do Orçamento do Estado em vigor até à publicação do Orçamento do Estado para o ano a que ele respeita;

- d) As importâncias relativas aos empréstimos só podem ser consideradas no orçamento depois da sua contratação, independentemente da eficácia do respectivo contrato;
- e) As importâncias previstas para despesas com pessoal devem ter em conta apenas o pessoal que ocupe lugares de quadro, requisitado e em comissão de serviço ou contratos a termo certo, bem como aquele cujos contratos ou abertura de concurso para ingresso ou acesso estejam devidamente aprovados no momento da elaboração do orçamento;
- f) No orçamento inicial, as importâncias a considerar nas rubricas «Remunerações de pessoal» devem corresponder à da tabela de vencimentos em vigor.

4.1. Estrutura da Receita

A receita prevista no Orçamento para 2013 encontra-se subdividida pelos seguintes capítulos de classificação económica: **95**

- 01 Impostos diretos
- 02 Impostos indiretos
- 04 Taxas, multas e outras penalidades
- 05 Rendimentos de propriedade
- 06 Transferências correntes
- 07 Venda de bens e serviços correntes
- 08 Outras receitas correntes
- 09 Venda de bens de investimento
- 10 Transferências de capital
- 11 Ativos financeiros
- 12 Passivos financeiros
- 13 Outras receitas de capital
- 15 Reposições não abatidas nos pagamentos

Assim temos para 2013 as seguintes previsões orçamentais:

Quadro IV - Previsão da Receita *(valores em euros)*

Classificação Económica		Total
01	Impostos directos	2.550.000
02	Impostos indirectos	116.500
04	Taxas, multas e outras penalidades	401.700
05	Rendimentos de propriedade	1.705.000
06	Transferências correntes	5.746.026
07	Venda de bens e serviços correntes	2.607.000
08	Outras receitas correntes	61.500
Receitas Correntes		13.187.726
09	Venda de bens de investimento	96.000
10	Transferências de capital	3.787.947
11	Ativos financeiros	500
12	Passivos financeiros	5.922.327
13	Outras receitas de capital	500
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	5.000
Receitas de Capital		9.812.274
TOTAIS		23.000.000

Estas previsões têm em consideração os critérios e regras orçamentais definidas no POCAL.

96

Os Impostos Directos inscritos no orçamento foram calculados com base na média aritmética simples das cobranças efectuadas nos últimos 24 meses que precedem o mês da sua elaboração, acrescidos da previsão referente a alguns factos extraordinários, designadamente:

- A PLOE/2013 altera os limites para fixação das taxas do IMI, passando-as para 0,5% a 0,8% para os prédios urbanos ainda não avaliados nos termos do CIMI e para 0,3% a 0,5% para os prédios urbanos já avaliados de acordo com as regras do CIMI;
- Em 2012 foi posto em prática um programa de actualização dos valores patrimoniais dos prédios urbanos ainda não avaliados nos termos do CIMI;
- Os prédios rústicos Gagos e Xerez considerados no perímetro urbano ficarão sujeitos a uma nova taxa de IMI; e
- Nota de liquidação de IMT da Direcção Geral dos Impostos a uma entidade de investimentos imobiliários, no montante de aproximadamente 630 mil euros, que o Município espera arrecadar.

Nos Impostos Indirectos e nas Taxas, foram previstos também valores referentes a receitas com licenciamentos de loteamentos e obras que se aguardam e cujos montantes não assumem um carácter regular.

Considerámos excepcionalmente em Rendimentos de Propriedade, a receita de 1.600 mil euros, que o Município espera arrecadar com a construção e exploração de hidroelétricas da EDP na barragem de Alqueva. Este montante inclui retroactivos e é parte dos 5 milhões de euros que são devidos aos municípios do regolfo de Alqueva no âmbito deste processo.

Está incorporada na presente proposta a contracção de um empréstimo de curto prazo (670.000,00 euros) durante o exercício económico de 2013, atento o quadro legal da Lei das Finanças Locais.

Numa análise em termos relativos apresentamos o seguinte quadro:

Quadro V - Previsão da Receita em Termos Relativos

Classificação Económica		Total
01	Impostos directos	11%
02	Impostos indirectos	1%
04	Taxas, multas e outras penalidades	2%
05	Rendimentos de propriedade	7%
06	Transferências correntes	25%
07	Venda de bens e serviços correntes	11%
08	Outras receitas correntes	0%
Receitas Correntes		57%
09	Venda de bens de investimento	0%
10	Transferências de capital	16%
11	Ativos financeiros	0%
12	Passivos financeiros	26%
13	Outras receitas de capital	0%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	0%
Receitas de Capital		46%
TOTAIS		100%

As receitas correntes representam 57% do total e as receitas de capital 43% do total, sendo que se verifica que as transferências correntes e os passivos financeiros são a principal fonte de financiamento do município, com 25% e 26%, seguidamente surgem as

Evolução das Transferências do Orçamento de Estado para o Município de Reguengos de Monsaraz:

[illegible]

Podemos até concluir o seguinte:

- a) Se as transferências em 2010 não tivessem sido reduzidas; e
- b) se em 2011, em 2012 e em 2013 o valor a transferir para o MRM se tivesse mantido no inicial de 2010 (1.ª cálculo de acordo com a atual LFL);

O Município de Reguengos de Monsaraz no final do ano de 2013 não veria uma subtração de mais de 2,3 milhões de euros aos duodécimos a que tem direito com a aplicação na atual Lei das Finanças Locais.

Conforme se pode observar:

2010	2011	2012	2013
5.910.852 €	5.910.852 €	5.910.852 €	5.910.852 €
5.687.088 €	5.402.734 €	5.132.590 €	5.132.590 €
-223.764 €	-508.118 €	-778.262 €	-778.262 €
-4%	-9%	-13%	-13%
-2.288.406 €			

4.2. Estrutura da Despesa

O Orçamento de 2013 apresenta-se, na parte da despesa, estruturado de acordo com a classificação orgânica interna e de acordo com a classificação económica definida nos termos do Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro e respectivas alterações.

99

Para o Orçamento de 2013 o Município de Reguengos de Monsaraz manteve as seguintes classificações orgânicas:

- 01.01 - Assembleia Municipal
- 01.02 - Câmara Municipal
- 01.03 - Operações Financeiras

Relativamente à classificação económica foi tido em consideração os seguintes agrupamentos da despesa:

- 01 - Despesas com o pessoal
- 02 - Aquisição de bens e serviços
- 03 - Juros e outros encargos
- 04 - Transferências correntes
- 05 - Subsídios

**Orçamento 2013
e Grandes Opções do Plano 2013-2016**



- 06 - Outras despesas correntes
- 07 - Aquisição de bens de capital
- 08 - Transferências de capital
- 09 - Ativos financeiros
- 10 - Passivos financeiros

Assim, temos no orçamento da despesa a seguinte estrutura de valores:

Quadro VI - Previsão Despesa (valores em euros)

Classificação Económica	0101	0102	0103	Total
01 Despesas com o pessoal	11.600	4.709.500	0	4.721.100
02 Aquisição de bens e serviços	0	6.368.366	0	6.368.366
03 Juros e outros encargos	0	0	311.100	311.100
04 Transferências correntes	0	797.660	0	797.660
05 Subsídios	0	140.000	0	140.000
06 Outras despesas correntes		527.100	0	527.100
Despesas Correntes	11.600	12.542.626	311.100	12.865.326
07 Aquisição de bens de capital	0	6.809.214	0	6.809.214
08 Transferências de capital	0	63.970	0	63.970
09 Ativos financeiros	0	1.000	0	1.000
10 Passivos financeiros	0	0	3.260.490	3.260.490
Despesas de Capital	0	6.874.184	3.260.490	10.134.674
TOTAIS	11.600	19.416.810	3.571.590	23.000.000

101

A despesa prevista no Orçamento para 2013, à semelhança do que foi feito nos três orçamentos anteriores deste mandato, encontra-se integralmente reproduzida no mapa das Grandes Opções do Plano para 2012.

O Orçamento permite-nos avaliar o valor e o peso das previsões de acordo com o classificador orçamental, ou seja, de acordo com a natureza das despesas, e o mapa das Grandes Opções do Plano é que permite fazer a leitura do que se estima gastar com cada projecto ou actividade.

A despesa prevista foi calculada tendo em consideração:

- A necessidade de transitar para 2013 os compromissos assumidos e não pagos no final do ano 2012. Tivemos como referência a data de 31.10.2012; e
- As despesas de funcionamento dos vários serviços e infraestruturas municipais, atenta redução solicitada e proposta pelos responsáveis dos serviços.

Em termos relativos pode-se representar no seguinte quadro:

Quadro VII - Previsão da Despesa em Termos Relativos

Classificação Económica	0101	0102	0103	Total
01 Despesas com o pessoal	100%	24%	0%	21%
02 Aquisição de bens e serviços	0%	33%	0%	28%
03 Juros e outros encargos	0%	0%	9%	1%
04 Transferências correntes	0%	4%	0%	3%
05 Subsídios	0%	1%	0%	1%
06 Outras despesas correntes	0%	3%	0%	2%
Despesas Correntes	100%	64%	9%	56%
07 Aquisição de bens de capital	0%	35%	0%	30%
08 Transferências de capital	0%	0%	0%	0%
09 Ativos financeiros	0%	0%	0%	0%
10 Passivos financeiros	0%	0%	91%	14%
Despesas de Capital	0%	35%	91%	44%
TOTAIS	100%	100%	100%	100%

Podemos analisar estas previsões orçamentais da seguinte forma:

102

As despesas com investimento (capítulo 07 da classificação económica) são as que representam a maior parcela da despesa; de referir que, no ano de 2013, o Município irá continuar a aposta já iniciada em vários projetos de grande relevo para o Concelho de Reguengos de Monsaraz.

As aquisições de bens e serviços são efectivamente o segundo agregado com mais peso relativo, seguido das aquisição de bens de capital. Para o efeito em muito contribui os elevados valores com a aquisição da água e o tratamento das águas residuais à Aguas do Centro Alentejo, S.A..

Sintetizando a despesa por classificação económica, temos:

Quadro VIII - Síntese da Classificação Económica da Despesa (valores em euros)

Classificação Económica	Total
01 Despesas com o pessoal	4.721.100
02 Aquisição de bens e serviços	6.368.366
03 Juros e outros encargos	311.100
04 Transferências correntes	797.660
05 Subsídios	140.000
06 Outras despesas correntes	527.100
Despesas Correntes	12.865.326
07 Aquisição de bens de capital	6.809.214
08 Transferências de capital	63.970
09 Ativos financeiros	1.000
10 Passivos financeiros	3.260.490
Despesas de Capital	10.134.674
TOTAIS	23.000.000

E em termos percentuais:

103

Quadro IX - Síntese da Classificação Económica da Despesa em %

Classificação Económica	Total
01 Despesas com o pessoal	21%
02 Aquisição de bens e serviços	28%
03 Juros e outros encargos	1%
04 Transferências correntes	3%
05 Subsídios	1%
06 Outras despesas correntes	2%
Despesas Correntes	56%
07 Aquisição de bens de capital	30%
08 Transferências de capital	0%
09 Ativos financeiros	0%
10 Passivos financeiros	14%
Despesas de Capital	44%
TOTAIS	100%

4.3. Análise Económica do Orçamento

104

A proposta de Orçamento para 2013 prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas e as receitas correntes são superiores às despesas correntes, cumprindo assim o equilíbrio corrente (condição obrigatória no Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro).

Quadro X - Análise Comparativa entre a Receita e a Despesa (valores em euros)

RECEITA			DESPESA		
Classificação Económica		Total	Classificação Económica		Total
01	Impostos diretos	2.550.000	01	Despesas com o pessoal	4.721.100
02	Impostos indiretos	116.500	02	Aquisição de bens e serviços	6.368.366
04	Taxas, multas e outras penalidades	401.700	03	Juros e outros encargos	311.100
05	Rendimentos de propriedade	1.705.000	04	Transferências correntes	797.660
06	Transferências correntes	5.746.026	05	Subsídios	140.000
07	Venda de bens e serviços correntes	2.607.000	06	Outras despesas correntes	527.100
08	Outras receitas correntes	61.500			
	Receitas Correntes	13.187.726		Despesas Correntes	12.865.326
09	Venda de bens de investimento	96.000	07	Aquisição de bens de capital	6.809.214
10	Transferências de capital	3.787.947	08	Transferências de capital	63.970
11	Ativos financeiros	500	09	Ativos financeiros	1.000

Orçamento 2013 e Grandes Opções do Plano 2013-2016



RECEITA			DESPESA	
Classificação Económica	Total		Classificação Económica	Total
12 Passivos financeiros	5.922.327		10 Passivos financeiros	3.260.490
13 Outras receitas de capital	500			
15 Reposições não abatidas nos pagamentos	5.000			
Receitas de Capital	9.812.274		Despesas de Capital	10.134.674
TOTAIS	23.000.000		TOTAIS	23.000.000

Neste quadro podemos verificar o cumprimento da regra do equilíbrio orçamental corrente, ou seja, as receitas correntes têm que ser pelo menos iguais ou maiores que as despesas correntes; assim sendo, temos uma diferença entre o total das receitas correntes e o total das despesas correntes de aproximadamente 300.000 euros.

Quadro XI - Análise Comparativa entre 2012 e 2013 (valores em euros)

RECEITA				DESPESA			
Descrição	2012	2013	Var. %	Descrição	2012	2013	Var. %
Receitas Correntes	13.137.487	13.187.726	0%	Despesas Correntes	12.054.899	12.865.326	+7%
Receitas de Capital	8.362.513	9.812.274	+17%	Despesas de Capital	9.445.101	10.134.674	+7%
TOTAIS	21.500.000	23.000.000	+7%	TOTAIS	21.500.000	23.000.000	+7%

Parecer do Revisor Oficial de Contas

106

